

MERIDIANO 47



INSTITUTO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

Nº 107
Junho – 2009

SUMÁRIO

- 3 O Irã de Ahmadinejad e a modernização congelada
Ahmadinejad's Iran and the static modernization
JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA
- 5 O Conflito entre Ativistas Indígenas e o Governo do Peru: uma abordagem jurídica
The Conflict between Indigenous Activists and the Government of Peru: a legal approach
TATIANA WAISBERG
- 7 Estados Unidos: o espectro político de Dick Cheney
United States: the political spectrum of Dick Cheney
VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES
- 9 A ameaça norte-coreana e as relações interamericanas: o que a história tem para nos dizer?
The North Korean threat and the inter-American relationships: what history has to tell us?
DANILO JOSÉ DALIO
- 12 A arara e o quetzal: reflexões sobre as relações entre o Brasil e os países centro-americanos
Reflections on the relations between Brazil and the Central American countries
CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ AVILA
- 14 Cuba na OEA
Cuba in the OAS
ANTÔNIO CARLOS LESSA
- 16 Coréia do Norte e os desafios internacionais
North Korea and the International Challenges
ALEXANDRE RATSUO UEHARA
- 19 A nova acusação mianmarese a Suu Kyi
The new birmanese accusation to Suu Kyi
HELOÍZA FELTRIN BANDEIRA
- 21 Crise política e golpe de Estado em Honduras e o retrocesso democrático na América Latina
Political crisis and coup d'état in Honduras and democratic setback in Latin America
TAÍS SANDRIM JULIÃO
- 24 A importância da China na resolução da questão nuclear na Península Coreana
China's importance in the resolution of the nuclear question in the Korean Peninsula
WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR
- 26 Suíça, Bélgica y Europa – el rol del multiculturalismo en la construcción de estados nacionales
Switzerland, Belgium & Europe – the role of multiculturalism in the construction of nation-states
RODRIGO WIESE RANDIG
- 30 Perspectivas quanto a negociações entre israelenses e palestinos
Perspectives on the negotiations between Israelis and Palestinians
HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES
- 32 Noroeste paquistanês em crise: a Guerra contra o Terror e o avanço do Talibã
Crisis in Northwest Pakistan: the War against Terror and the Taliban's advance
EVANDRO FARID ZAGO
- 34 Sanções ineficazes e continuidade no tratamento internacional envolvendo a Coréia do Norte
Ineffective sanctions and continuity in the international approach to North Korea
DIOGO MAMORU IDE
- 36 Democracia na Colômbia: um passo para trás?
Democracy in Colombia: a step backwards?
ADALGISA BOZI SOARES

Meridiano 47

Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais

ISSN 1518-1219

No. 107 – Junho – 2009

Como contribuir

1. O Boletim publica artigos de análise de conjuntura e resenhas de livros;
2. As contribuições devem conter cerca de 7.000 caracteres (incluindo espaços) e devem ser apresentadas em processador de textos de uso universal;
3. Não devem ser usadas notas de rodapé. No caso de citação de bibliografia, usar o sistema Chicago (Autor, data), referenciando a literatura citada ao final do artigo;
4. As contribuições podem ser submetidas em português, inglês ou espanhol;
5. As contribuições devem conter o nome completo do autor, sua titulação e filiação institucional;
6. No caso de resenhas de livros, devem ser informados os dados completos e o ISBN da obra analisada;
7. As contribuições devem vir acompanhadas de:
 - a. 3 palavras-chave em português e 3 key words em inglês;
 - b. Título em inglês;
 - c. Resumo em português e abstract em inglês, ambos com até 20 palavras.

Todas as contribuições serão submetidas a arbitragem científica, com avaliação de pelo menos dois pareceristas, escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada, em sistema de duplo cego (blind review). Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a modificações no trabalho.

O processo de análise editorial se estende por cerca de 5 (cinco) dias úteis e os artigos aprovados são imediatamente publicados no site e depois consolidados na edição em formato PDF, lançada até o final do mês subsequente.

As submissões se dão por intermédio de formulário específico, acessível em <http://meridiano47.info/como-publicar/>

O que é o IBRI

O Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, organização não-governamental com finalidades culturais e sem fins lucrativos, tem a missão de ampliar o debate acerca das relações internacionais e dos desafios da inserção do Brasil no mundo. Fundado em 1954, no Rio de Janeiro, e transferido para Brasília, em 1993, o IBRI desempenha, desde as suas origens, importante papel na difusão dos temas atinentes às relações internacionais e à política exterior do Brasil, incentivando a realização de estudos e pesquisas, organizando foros de discussão, promovendo atividades de formação e atualização e mantendo programa de publicações, em cujo âmbito edita a Revista Brasileira de Política Internacional – RBPI.

Presidente de Honra: José Carlos Brandi Aleixo

Diretor Geral: José Flávio Sombra Saraiva

Diretoria: Antônio Carlos Lessa, Antônio Jorge Ramalho da Rocha, Pedro Motta Pinto Coelho.

Para conhecer as atividades do IBRI, visite <http://www.ibri-rbpi.org>

Os artigos publicados em Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais estão indexados nos seguintes serviços internacionais:

- Fuente Acadêmica (Ebsco Publishing);
- Informe Acadêmico (Cengage Gale Learning);
- Academic OneFile (Cengage Gale Learning).

Política Editorial

Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais publica contribuições inéditas na forma de artigos científicos breves e resenhas de livros. Editado pelo Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – IBRI, o Boletim não traduz o pensamento de qualquer entidade governamental nem se filia a organizações ou movimentos partidários nacionais ou estrangeiros. As opiniões expressas nos trabalhos publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores e não traduz a opinião ou o endosso do IBRI.

O Boletim publica trabalhos cuja temática se situe na grande área de relações internacionais, em que se compreende Política Internacional e Comparada, Direito Internacional, História das Relações Internacionais e da Política Exterior e Economia Política Internacional.

Todos os artigos serão submetidos a arbitragem científica, em sistema de duplo cego (blind review), com avaliação de pelo menos dois pareceristas escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou da comunidade científica especializada. Os pareceristas poderão recomendar a publicação, condicioná-la a ajustes na forma, estrutura ou conteúdo, ou mesmo negá-la. Neste processo o anonimato dos autores e dos pareceristas é garantido.

A publicação de contribuições será sempre amparada pelas recomendações do Conselho Editorial e pela análise dos pareceres produzidos.

© 2000-2009 Instituto Brasileiro de Relações Internacionais – Todos os direitos reservados. As opiniões expressas nos trabalhos aqui publicados são da exclusiva responsabilidade de seus autores.

Expediente

Editor: Antônio Carlos Lessa

Editor-adjunto: Virgílio Arraes

Conselho Editorial:

Amado Luiz Cervo (Universidade de Brasília), Andrés Malamud (Universidade de Lisboa, Portugal), Antônio Carlos Lessa (Universidade de Brasília), Cristina Soreanu Pecequillo (Universidade Estadual Paulista), Estevão Chaves de Rezende Martins (Universidade de Brasília), Francisco Doratioto (Universidade de Brasília), Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosario, Argentina), João Pontes Nogueira (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Marco Cepik (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Miriam Gomes Saraiva (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), Pio Penna Filho (Universidade de São Paulo), Paulo Luiz Esteves (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais).

O Irã de Ahmadinejad e a modernização congelada

Ahmadinejad's Iran and the static modernization

JOSÉ FLÁVIO SOMBRA SARAIVA*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 3 a 4]

Caminhei pelas ruas da Teerã de Mahmud Ahmadinejad. Era inverno de neve sobre as calçadas brancas de trânsito difícil da imensa metrópole. Era o início de 2007. Não vi mesquitas em cada esquina, em contraste com outras capitais de Estados teocráticos naquela região. Parecia um país em franco progresso, até mesmo florescente, povoado por gente hospitaleira e inteligente.

Moças sorridentes e surpresas, nos quatro bancos que entrei na tentativa de trocar uns dólares por moeda local, olhavam-se sem muita discrição. Notei que elas não eram muito distintas das minhas alunas na Universidade de Brasília. Dirigiam seus carros, lenços pela metade na cabeça (esta uma pequena transgressão aceita pelo regime), animadas com os estudos nas universidades da capital do Irã. Movi-me em táxi de norte ao sul na capital iraniana, ainda que gesto não muito comum para um visitante estrangeiro.

Parecia um país em franca modernização, mas que fora congelando no próprio movimento para frente. Por um lado chamava atenção riqueza e imponência. Suas classes altas e médias bem estabelecidas e laicas, na parte norte de Teerã, em conciliação interessada com as elites clericais, controlavam a economia nacional. De outro, classes menos remediadas nas partes outras da imensa capital, movendo-se em carros rápidos ou transportes públicos na maior metrópole do Oriente Médio, compunham a massa de manobra do regime. Burburinhos, mistura de cores, gente de todas as partes. Esse contraste ficou como uma imagem indelével da capital da velha Pérsia, de história de mais de três mil anos de formação.

Teerã anda em chama nesses dias. Será muito difícil avaliar plenamente as conseqüências dos fatos

no calor das chamas. Imprevisível a repercussão futura dos protestos pós-eleitorais. Dizer que o regime vai cair é precipitado. Afirmar que as formas democráticas ocidentais tomarão conta do Irã é previsão sem lastro. É adequado supor, no entanto, que algo muito relevante está ocorrendo naquele país: o Irã não será o mesmo que emergiu da revolução dos aiatolás há trinta anos atrás. Por quê?

Em primeiro lugar, porque há séria fissura interna no regime de Teerã. Seria impossível pensar que o Mir Hossein Moussavi, líder da oposição, agisse apenas por si. Há apoio compreensível de setores do Conselho dos Guardiões ao processo de modernização estancado pela forças conservadoras lideradas pelo aiatolá Ali Khmanei. E desde a velha Pérsia, passando pelo regime o xá Reza Pahlevi, as contendas iranianas jamais foram resolvidas sem violência política dos atores em competição. Embora a história não se repita, algumas regularidades dizem algo acerca do Irã moderno.

Em segundo lugar, porque há forças sociais e políticas novas no Irã. Tais forças são filhas, contraditoriamente, da modernização que testemunhei. São aquelas forças que emergiram dos olhos que brilhavam nos jovens ante a chegada do professor brasileiro nos ambientes universitários. Eles querem mais que estabilidade política e modernização conservadora. Eles pretendem influir no poder, abrir o regime e acesso aos meios clássicos da sociedade burguesa ocidental. É uma força profunda, imaterial, que marcará certamente, na linguagem da internet e das câmaras digitais, parte do destino do Irã. Será impossível calar essa gente depois do sangue derramado pela primeira mártir de Teerã.

* Professor titular de Relações Internacionais da Universidade de Brasília e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (fsaraiva@unb.br).

Em terceiro lugar, porque o Irã não está solto no mundo complexo que vivemos. Já foi criticado por governantes europeus pelos excessos persecutórios do regime e pelos atentados aos direitos humanos. O país foi considerado, pelos ianques, ponta afiada do eixo do mal. Embora o regime de Teerã venha buscando ampliar o leque de aliados, até mesmo na América do Sul, a confiança dos interlocutores depois dos fatos recentes pode diminuir. A permanecer a reeleição do presidente Ahmadinejad sob suspeita, suspeita estará cooperação internacional com um país que já está na berlinda em tema crucial como o da disseminação nuclear.

País de diplomacia sofisticada, história três vezes milenar, ruas alegres no verão, de filmes de esperança, espera-se com apreensão no mundo que o Irã saiba conduzir sua transição. Sem interferências do lado de cá, mas com respeito aos direitos e visões dos jovens que vi e conversei, necessitamos de um Irã em paz e reconciliado com a sociedade internacional.

Recebido em 23 de junho de 2009

Aprovado em 24 de junho de 2009

Resumo: o artigo trata do dilema político do Irã: modernização ou tradição. A recente eleição presidencial mostrou à sociedade internacional a difícil situação do país.

Abstract: the article deals with the political dilemma of Iran: modernization or tradition. The last presidential election has shown to the international society the hard situation the country has going through.

Palavras-chaves: Irã, eleição presidencial, Mahmud Ahmadinejad

Key words: Iran, presidential election, Mahmud Ahmadinejad



O Conflito entre Ativistas Indígenas e o Governo do Peru: uma abordagem jurídica

The Conflict between Indigenous Activists and the Government of Peru: a legal approach

TATIANA WAISBERG*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 5 a 6]

Os confrontos entre ativistas indígenas e as forças armadas do Peru, iniciados em abril de 2008, refletem a retórica anti-imperialista comum a outros conflitos na região, a exemplo da polarização em torno da ofensiva Colombiana contra as FARC, financiada pelos Estados Unidos no contexto da “Guerra contra as Drogas”. Mais uma vez, a influência norte-americana na América do Sul gerou tensões regionais, desta vez impulsionadas pela legislação peruana estabelecida com a finalidade de implementar o acordo de livre comércio entre Peru e Estados Unidos. Os manifestantes indígenas demandam a revogação do Decreto 1.090, conhecido como Lei Florestal e de Fauna Silvestre, que tem por objetivo facilitar investimentos e exploração de recursos na selva amazônica, em detrimento das populações nativas. Enquanto o Presidente do Peru, Alan García, qualificou a mobilização de ativistas indígenas, através do bloqueio intermitente de estradas, como “agressão subversiva contra a democracia”, os líderes indígenas fazem apelo ao Direito Internacional, alegando que o referido decreto contraria a legislação internacional adotada pelo Peru. O presente artigo tem por objetivo abordar o conflito entre ativistas indígenas e o governo do Peru sob o prisma da doutrina internacional e do direito constitucional comparado referente aos direitos dos povos indígenas.

O direitos dos povos indígenas encontra-se calcado na jurisprudência da Corte Inter-Americana de Direitos Humanos (CIDH), de maneira que é interpretado em conjunção com o direito de

propriedade. Os laços entre as comunidades indígenas, a terra e os recursos naturais associados a estas culturas é interpretado como extensão do direito de propriedade no contexto da proteção internacional dos direitos dos povos indígenas. Neste sentido é o entendimento adotado pela CIDH no caso da comunidade indígena Sawhoyamaxa contra o Paraguai, em 2006. Nesta ocasião, o Artigo 21 do Pacto San Jose, que garante o direito de propriedade, foi interpretado pela CIDH à luz da evolução do sistema inter-Americano de direitos humanos. Desta forma, a CIDH afirmou que “as comunidades indígenas devem possuir um entendimento coletivo do conceito de posse e propriedade, de maneira que a propriedade da terra não se centra nos individuais mas no coletivo”. Tal noção de propriedade não apenas contraria a noção clássica de propriedade, de maneira que, de acordo com o entendimento da CIDH no caso Sawhoyamaxa, o Artigo 21 deve “assegurar aos povos indígenas os laços estreitos com a terra e os recursos naturais nativos, associados a cultura e elementos derivados desta”.

A política de exploração da Amazônia peruana parece também estar em tensão com a proteção dos direitos dos povos indígenas na região. Recentemente, as novas constituições da Bolívia e da Venezuela, de 2008 e 2007, respectivamente, atribuem papel fundamental ao reconhecimento da existência pre-colonial de nações e povos indígenas, bem como a relação inalienável destes com a terra nativa. A Constituição boliviana busca incluir o pluralismo e reconhecer a

* Mestre em Direito Internacional pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUCMinas e Mestranda em Direito Internacional pela Universidade de Tel Aviv, Israel (tatianawaisberg@gmail.com).

autonomia linguística dos povos indígenas. De acordo com o artigo 3 “a nação boliviana é composta pela totalidade das bolivianas e bolivianos, das nações e povos indígenas de origem camponesa, e comunidades inter-culturais e afro-bolivianas que em conjunto constituem o povo boliviano.” A Constituição do Equador, de 1998, também reconhece a autonomia cultural dos povos indígenas, respeitando peculiaridades linguísticas, sociais, política e econômica, garantindo a propriedade imprescritível das terras comunitárias. No mesmo sentido, o Capítulo VIII da Constituição Federal do Brasil de 1988, reconhece aos índios sua organização social, costumes, crenças e tradições, e os “direitos originários sobre terras que tradicionalmente ocupam.”

No âmbito da OEA, continuam as negociações entre estados membros e os representantes de grupos indígenas de todo continente Americano para promoção de uma declaração que promova e proteja os direitos fundamentais dos povos indígenas. Na Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas, ainda em esboço, há ênfase no meio ambiente e no sistema de conhecimento, idioma e comunicação dos povos indígenas. Não obstante, o arcabouço jurídico internacional de proteção aos direitos dos povos indígenas, ainda que incompleto, oferece base jurídica para o ativismo indígena contra a adoção de leis que contrariem a interpretação do direito de propriedade em detrimento dos povos nativos. Neste sentido, a mobilização do movimento indígena do Peru contra o Decreto 1.090, que autoriza a exploração de recursos naturais situados em terras originárias de povos indígenas na Amazônia peruana, pode ser considerada como uma expressão de conscientização dos direitos coletivos indígenas no contexto da proteção inter-Americana de direito

humanos. Entretanto, vale ressaltar que o uso da força nessas circunstâncias encontra-se em desacordo com o espírito do Direito Internacional, e o princípio da solução pacífica de conflitos. Em contra-partida, o Direito Internacional oferece um sistema normativo de proteção aos direitos dos povos indígenas destinado a mediar tais conflitos, e orientar a política de exploração de recursos naturais dos Estados Americanos. Ao que tudo indica, a Lei Florestal e de Fauna Silvestre, adotada pelo Peru em 2008, ameaça a proteção aos direitos dos povos indígenas na Amazônia, ignorando o entendimento da CIDH acerca do direito de propriedade, representando um grave retrocesso e afronta ao reconhecimento internacional dos direitos dos povos indígenas no continente Americano.

Recebido em 08/06/2009

Aprovado em 10/06/2009

Resumo: O artigo discute o conflito entre ativistas indígenas e o governo do Peru com base no sistema inter-Americana de proteção dos direitos dos povos indígenas e a sua relação com o direito de propriedade.

Abstract: This article discusses the conflict between indigenous activists and the government of Peru in the light of the Inter-American system of human rights protection to the rights of indigenous people, and its relation with property rights.

Palavras-chave: Direitos indígenas; América do Sul; Direitos Humanos

Key-words: indigenous rights; South America; Human Rights



Estados Unidos: o espectro político de Dick Cheney

United States: the political spectrum of Dick Cheney

VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 7 a 8]

Tradicionalmente, após o encerramento da transição presidencial, o grupo ascendente conta, durante os seus primeiros meses no poder, com a lhanza do silêncio da equipe que se retira, mesmo depois de um pleito bastante disputado. É para os recolhidos um período de reflexão política e para os vitoriosos um de muita movimentação.

Em vários casos, dependendo da herança administrativa, os oponentes, ausentes do proscênio político por ao menos um mandato, desejam estender indefinidamente o pacto oficioso de taciturnidade. O esquecimento temporário aos olhos da opinião pública é uma maneira de recuperação e, por conseguinte, de nova agrupação de partidários – e quiçá de possíveis simpatizantes – do projeto governamental substituído.

Assim, como esperado, o ex-Presidente George Bush retirou-se dos olhos do eleitorado, até em função do enorme desgaste por que passou nos últimos meses de mandato, ao ter de distanciar-se publicamente do candidato de seu próprio partido, Senador John McCain, à sua sucessão. No entanto, o seu vice, Dick Cheney, menosprezou o costume e procura-se firmar como o maior crítico da gestão Obama em seus primeiros meses.

A verborragia de Cheney direciona-se bastante para a atual política externa, exatamente uma das áreas de maior corrosão política quando do governo Bush. Observadores da Casa Branca naquele momento não puderam deixar de lembrar os antigos vínculos entre vários servidores de alto escalão, como o próprio vice-presidente, e grandes companhias norte-americanas, como a Halliburton, empregadas na reconstrução dos países ocupados, ainda que não se

pu dessem comprovar eventuais benefícios financeiros decorrentes deste relacionamento passado.

Eminência parda da administração republicana, o então vice-presidente buscou influenciar diversos segmentos da administração com vistas à adoção de posicionamentos mais conservadores, fossem na área da política externa, fossem na ambiental.

Além do mais, Cheney sempre postulou de modo incansável a diminuição das restrições existentes aos poderes presidenciais – no caso, uma de suas posturas mais polêmicas foi a ardorosa defesa da aplicação de técnicas intensas de interrogatório, como o afogamento, por exemplo, sem que isto fosse considerado tortura ou que se chocasse com o teor da legislação internacional.

Outrossim, não se pode esquecer do seu papel na confabulação desaguada alguns meses mais tarde na Segunda Guerra do Golfo, ao articular-se com deputados republicanos em 2002 para obter o apoio do Congresso, a despeito do posicionamento contrário de muitos parlamentares até em sua própria agremiação partidária. Para estes, um confronto militar somente se teria justificado caso o país fosse atacado, como no atentado terrorista de setembro de 2001.

Com o objetivo de superar a tergiversação entre os muitos congressistas incrédulos acerca da necessidade de uma confrontação no Oriente Médio, o gabinete de Cheney exagerou o poderio militar da combalida ditadura de Saddam Hussein, de modo que o Iraque parecesse ser de fato uma ameaça à população dos Estados Unidos e quiçá à do mundo. Na Organização das Nações Unidas, o Departamento de Estado se prestaria a repercutir o ameaçamento, mas sem o mesmo êxito.

* Virgílio Caixeta Arraes é professor do Departamento de História da Universidade de Brasília – UnB (arraes@unb.br).

Após setembro de 2001, a equipe do vice-presidente inclinou-se a aceitar a inevitabilidade de que organizações terroristas, para lograr sucesso em suas operações, precisariam inevitavelmente aliar-se a Estados renegados, de sorte que pudessem encontrar, mesmo de maneira temporária, abrigos.

Embora o Iraque tivesse sido o país escolhido, a Casa Branca tinha a consciência de que Paquistão ou Arábia Saudita, aliados antigos, podiam acolher muitos mais extremistas do que o decadente regime de Bagdá. Em nome da estabilidade político-econômica, entretentes, Washington preferiu ser bastante seletivo na divulgação de informações à opinião pública, de modo que a confundisse.

Em tese, de um inusitado conagraçamento entre minúsculas agremiações fundamentalistas e ditadores proscritos, poderia irromper, segundo a visão de Cheney, o contrabando constante de armas de destruição em massa. Destarte, os Estados Unidos, como supervisores da nova ordem mundial, deveriam zelosamente impedir a irmanação destes atores.

Se a invasão do Iraque ocasionasse a derrubada de Hussein e, por conseguinte, encerrasse os laços com eventuais terroristas, os demais Estados renegados conteriam as suas terríveis parcerias extremistas. Como constatada, a expulsão do Partido Baath do poder não desencadeou a reforma da sociedade iraquiana, porém um conflito sem saída à vista, com dezenas de milhares de mortos e feridos.

Ao manipular informações e análises dos setores de espionagem, Cheney também se mostrou obstinado em restringir o acesso a documentos do Executivo por congressistas e mesmo por juízes, ao alegar que a

exposição pública poderia prejudicar o planejamento dos formuladores da política externa por constrangê-los. Assim, o país seria o maior afetado.

Ao mesmo tempo, o seu grupo foi acusado de expor de maneira injustificada oponentes, mesmo se oriundos do âmbito administrativo, como foi o caso de Valerie Plame, servidora da Central Intelligence Agency e esposa do Embaixador Joseph Wilson IV, crítico da política concernente ao Iraque antes da invasão.

Destarte, o histórico conturbado da gestão Bush, período em que se constata que o vice-presidente posicionou-se acima de suas obrigações administrativas, não o habilita ou legitima a terçar armas politicamente com a presente administração.

Recebido em 26/06/2009
Aprovado em 30/06/2009

Resumo: o artigo trata da transição de poder presidencial nos Estados Unidos. Nos primeiros de meses de administração Obama, há um silêncio da parte da equipe do antigo presidente. No entanto, o ex-vice-presidente quebrou esta tradição.

Abstract: the article deals with the transition of the American presidential power. In the first months of the Obama's administration, there is a silence from the team of the previous president. However, the former vice-president Dick Cheney has broken this tradition.

Palavras-chaves: Estados Unidos, Iraque, Dick Cheney
Key words: United States, Iraq, Dick Cheney



A ameaça norte-coreana e as relações interamericanas: o que a história tem para nos dizer?

*The North Korean threat and the inter-American relationships:
what history has to tell us?*

DANILO JOSÉ DALIO*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 9 a 11]

O governo da Coreia do Norte, sob o comando do líder Kim Jong-il, tem ocupado lugar de destaque nos noticiários mundiais das últimas semanas. Não bastasse o lançamento de um foguete, supostamente transportando um satélite, no dia 5 de abril de 2009, o regime comunista norte-coreano confirmou no dia 25 de maio de 2009 ter realizado uma explosão nuclear subterrânea como parte do desenvolvimento de seu programa nuclear. As reações de condenação a essas iniciativas foram imediatas em toda comunidade internacional. A questão é preocupante tanto para a delicada geopolítica asiática (inclusive relançando o debate sobre um possível rearmamento do Japão), como também para a configuração do poder mundial, envolvendo disputas e alianças de outras nações, como Estados Unidos, Rússia e China.

Esta postura do governo de Pyongyang não é, aliás, uma novidade. Em 2006, o ditador Kim Jong-il autorizou um teste secreto de sua primeira bomba nuclear, o que redundou em sanções econômicas à Coreia do Norte pelo Conselho de Segurança da ONU, além da determinação do encerramento das atividades nucleares no país e da proibição do comércio de armas bélicas e de destruição em massa. Acredita-se, por conseguinte, que as recentes violações de resoluções consagradas pelo Conselho de Segurança da ONU têm o propósito de pressionar por um abrandamento das sanções econômicas a que se submete o país asiático.

Mas que desdobramento esses fatos recentes poderiam ter sobre a política interamericana? Que nação no continente, além dos Estados Unidos, pode ser afetada pelos acontecimentos asiáticos? Vale a pena recuperarmos a história.

No início da Guerra Fria, as disputas por áreas de influência entre Estados Unidos e União Soviética mostraram sua face mais agressiva na península coreana entre os anos de 1950 e 1953. Quando foi proclamada a República Popular Democrática da Coreia, em setembro de 1948, pelos revolucionários comunistas, os Estados Unidos desembarcaram suas tropas na ilha e estabeleceram um governo ao sul sob a direção do nacionalista pró-americano Syngman Rhee, dividindo a Coreia em norte e sul. Ainda em 1948, as revoltas antiamericanas no sul e assassinatos de líderes pró-unificação voltaram a acirrar as tensões no país. O envio de tropas norte-americanas para Formosa e Coreia, sob comando do General Mac Arthur, e a invasão ao sul do paralelo 38 pelos norte-coreanos, em junho de 1950, deram início ao conflito. A ausência soviética na Coreia e as manobras norte-americanas permitiram ao Conselho de Segurança da ONU, capitaneado pelos Estados Unidos, enviar tropas multinacionais para a Coreia, sob o comando de oficiais americanos.

No início de outubro de 1950, o general Mac Arthur impôs vitória militar aos norte-coreanos, retornando-os aquém do paralelo 38 e afirmando a continuidade da luta até as fronteiras da China. O líder chinês, Mao Tsé-Tung, no entanto, advertiu aos Estados Unidos que não toleraria a destruição da Coreia do Norte. Em novembro aviões soviéticos sobrevoaram e bombardearam a Coreia. Ao mesmo tempo, tropas chinesas entraram no território coreano e impuseram vitória às tropas norte-americanas. Mac Arthur reagiu por meio da operação "Killer", lançando bombas de napalm e ameaçando a China com o

* Mestrando em Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas – Unicamp (djdalio@bol.com.br).

uso de bombas atômicas. Depois de certo equilíbrio militar definido no final de 1951, o governo Truman concertou um acordo de acomodação em torno do paralelo 38. A Coréia, um dos palcos de confronto direto da Guerra Fria, ficou sob escombros. Apesar de concentrar-se exclusivamente na Ásia, o conflito coreano no alvorecer da Guerra Fria reverberou por todo continente americano, de forma que o questionamento de princípios como segurança e estabilidade – fundamentais à manutenção de equilíbrio bipolar – lançassem os olhares vigilantes dos Estados Unidos sobre a região a qual acreditavam estar sob seus inabaláveis auspícios.

Em virtude do acirramento das tensões da bipolaridade, os países latino-americanos foram convocados a contribuir fosse com o fornecimento de matérias-primas ou com o envio de tropas militares para o conflito coreano. Para tanto, e também com o intuito de legitimar sua política de segurança sobre o próprio continente, os Estados Unidos no início de 1951 pleitearam a realização da IV Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, oportunidade em que a delegação diplomática brasileira capitaneou em uníssono as demandas econômico-financeiras dos países latino-americanos contra as pretensões meramente militaristas do governo de Washington. Diante da dissensão de perspectivas e posturas entre os Estados Unidos e as nações ao sul do Rio Grande, a delegação norte-americana adotou a estratégia de negociar bilateralmente com as principais economias do continente, em troca da aprovação multilateral das resoluções de segurança militar que lhes interessavam. A Colômbia, contudo, foi o único país do continente a enviar um batalhão para a península asiática.

Naquela oportunidade, o governo brasileiro sob Getúlio Vargas negociou a formação da Comissão Mista Brasil – EUA para o Desenvolvimento Econômico, com perspectivas de financiamento de projetos em infra-estrutura na ordem 300 milhões de dólares, e do Acordo Militar Brasil-EUA, que previa o auxílio técnico-militar norte-americano em retribuição às exportações de matérias-primas brasileiras. Ao contrário da cooperação econômica, encerrada em dezembro de 1953 e sem cumprir as expectativas que o governo varguista esperava, o acordo de colaboração militar

perduraria até 1977 quando foi denunciado pelo governo militar de Ernesto Geisel, a fim de dar ênfase à produção nacional de armamentos.

Passados mais de 50 anos, a recente ameaça norte-coreana renova as velhas expectativas que de fato nunca foram definitivamente solucionadas, pois desde a divisão da península coreana em dois países, as duas Coréias encontram-se tecnicamente em guerra, já que nenhum tratado de paz foi assinado após o conflito ocorrido entre 1950 e 1953. Em que pese os distintos contextos político e econômico internacionais e domésticos, algumas observações, em comparação, são relevantes.

Se nos anos de 1950 as distâncias geográficas, culturais e históricas e as limitações econômico-financeiras motivaram as resistências latino-americanas aos apelos colaboracionistas norte-americanos, hoje – mais de 50 anos depois – as oportunidades e as perspectivas são bem diferentes. As “distâncias” que outrora desestimularam a América Latina são atualmente muito menores diante das novas tecnologias e da mundialização financeira. A interdependência econômica e comercial e o destacado papel que os chamados “países emergentes” cumprem na agenda econômica e política deste início de século XXI tornam a atual conjuntura um campo de possibilidades que independem de uma convocação de alguma conferência internacional por qualquer potência hegemônica. Nessas condições é preciso estar atento às oportunidades que imprevistos de qualquer natureza em alguma parte do mundo podem criar.

Sem receio de parecer anacrônico, concluo com as observações do Conselheiro Econômico da Delegação Brasileira a IV Reunião de Consulta, San Tiago Dantas, pela sua surpreendente atualidade. Dantas acreditava que o Brasil, a menos que pretendesse renunciar ao seu crescente prestígio internacional, não deveria alhear-se completamente do esforço de mobilização que o conflito coreano implicava. Entendia, contudo, que esta questão deveria ser tratada com cautela, evitando qualquer sacrifício desnecessário ou antecipado e garantindo compensações adequadas, sem ferir a opinião pública do país. Antevia, por outro lado, a possibilidade de expansão das tarefas diplomática do Brasil na Ásia,

que pudessem projetar a cooperação política naquela região e, ao mesmo tempo, esclarecer o que se passava no Oriente. Em suas palavras: “Mas porque não falar, primeiro, em diplomatas para a Coréia? Se correremos o risco de que alguém um dia solicite a presença de nossos soldados em algum lugar, temos de começar por mandar observadores a esse lugar. (...) porque assim se inicia a saturação da opinião pública, em relação a um problema que ela hoje considera mais remoto do que é” (GV 51.04.00/1, carta de San Tiago Dantas a Sá Freire Alvim – GV. Arquivo Getúlio Vargas. *Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC)* / Fundação Getúlio Vargas – FGV).

Recebido em 02/06/2009
Aprovado em 05/06/2009

Resumo: O texto busca, em perspectiva histórica, relacionar a projeção militar norte-coreana e suas repercussões prováveis para as relações interamericanas.

Abstract: The text search, in historical perspective, linking the North Korean military projection and its likely effect on the inter-American relationship.

Palavras-chave: Coréia do Norte; Estados Unidos; América Latina.

Key words: North Korean; United States; Latin American.



A arara e o quetzal: reflexões sobre as relações entre o Brasil e os países centro-americanos

Reflections on the relations between Brazil and the Central American countries

CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ AVILA*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 12 a 13]

Entre 1º e 4 de junho de 2009 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva realiza visita de trabalho a três países centro-americanos: El Salvador, Guatemala e Costa Rica. Assim, o mandatário brasileiro reitera, novamente, o considerável interesse e relevância por uma região que ele, pessoalmente, conhece desde 1980, quando participou das comemorações do primeiro aniversário do triunfo da revolução sandinista na Nicarágua. Desde então, o fundador do Partido dos Trabalhadores e do Foro de São Paulo – entidade que agrupa aos principais partidos e organizações políticas de centro-esquerda da América Latina – retornou aos países centro-americanos em múltiplas oportunidades. Em consequência, ele é o primeiro governante brasileiro que logra visitar a todos os países centro-americanos – com exceção do peculiar caso de Belize.

Em El Salvador o presidente Lula participa da cerimônia de posse de Mauricio Funes, da Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional – FMLN. A organização em questão foi criada em 1980, e na época se erigiu em uma das mais importantes, eficientes e combativas forças guerrilheiras do continente e do mundo. Não é incorreto afirmar que a atual democracia salvadorenha é resultado da luta armada, do sacrifício e do martírio de mais de 75 mil cidadãos contra uma das mais fechadas oligarquias latino-americanas – não por acaso El Salvador foi chamado durante muitos anos como “o país das 14 famílias”. O conflito salvadorenho culminou com o histórico acordo de Chapultepec (México, 1992).

A FMLN se reorganizou como partido político de esquerda e passou a participar na política local de forma institucionalizada. A vitória presidencial de Mauricio Funes permite que, por primeira vez na história salvadorenha, um partido de centro-esquerda assumira a Presidência da República.

Adicionalmente, durante a campanha e após o triunfo da FMLN o novo presidente salvadorenho manifestou seu interesse por aproximar-se da experiência brasileira – isto é, um governo de esquerda reformista. Observe-se que, simbolicamente, o primeiro país que o presidente-eleito visitou foi o Brasil. E, à revelia dos setores “efemelistas” mais próximos do eixo castrista-chavista-orteguista, não se cogita, por enquanto, a entrada de El Salvador na Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA) – assunto de interesse geopolítico no contexto das relações hemisféricas.

Na Guatemala, o presidente Lula tem encontro marcado com o mandatário Álvaro Colom. É ilustrativo lembrar que o governante brasileiro também prestigiou, em janeiro de 2008, a posse do colega guatemalteco. Segundo fontes de imprensa, os mandatários têm agendado avaliar a evolução das relações bilaterais e temas multilaterais. Afirma-se que o governo do Brasil pode oferecer créditos para a aquisição de aviões militares da Embraer e para a construção de pequenas centrais hidroelétricas. Cumpre acrescentar que a Guatemala é a mais importante economia do istmo. O atual governo daquele país é de orientação centrista-reformista. Assim, a aproximação

* Doutor em História das Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Docente e pesquisador do Mestrado em Ciência Política do UNIEURO (cdominguez_unieuro@yahoo.com.br).

entre Brasília e a Cidade de Guatemala tem relevância tanto bilateral quanto hemisférica.

Finalmente, o presidente Lula visita a Costa Rica. Após as visitas dos ex-presidentes Sarney e Cardoso, será a terceira vez que um governante brasileiro chega ao país. Atualmente a Costa Rica é governada pelo presidente e premio Nobel da Paz Oscar Arias Sanchez – do Partido Liberação Nacional, de orientação centrista-reformista. Em São José, o diálogo Lula-Arias explorará, além de assuntos estritamente bilaterais, o processo de aproximação entre o Mercado Comum do Sul e o Sistema da Integração Centro-Americana. As partes acreditam que no segundo semestre de 2009 – isto é, durante a presidência costarriquenha do SICA – se lograrão avanços mais significativos, verificáveis e mutuamente vantajosos nas relações entre os blocos.

Em síntese, e levando-se em consideração as metáforas da arara e do quetzal, que identificam e referem ao Brasil e aos países centro-americanos, cumpre ponderar as seguintes colocações: (i) existem claras e evidentes afinidades eletivas entre os povos e os governos do Brasil e dos países centro-americanos,

(ii) desde 2003 o presidente Lula logrou elevar a um novo e mais elevado patamar as relações econômicas, políticas e culturais com os países do istmo centro-americanos, (iii) a comum pertença das partes à região latino-americana é fundamental para compreender e avaliar a boa conjuntura das relações brasileiro-centro-americanas, e (iv) parece evidente que o presente e o futuro do relacionamento entre as partes é sumamente alentador, construtivo e cooperativo.

Recebido em 01/06/2009

Aprovado em 04/06/2009

Resumo: O artigo aborda a conjuntura das relações brasileiro-centro-americanas.

Abstract: The paper explores the relations between Brazil and Central American countries.

Palavras-chave: Brasil; América Central; Relações Hemisféricas.

Key words: Brazil; Central America; Hemispheric Relations.



Cuba na OEA

Cuba in the OAS

ANTÔNIO CARLOS LESSA*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 14 a 15]

Os analistas das relações internacionais na América Latina há muito se perguntam quando a Organização dos Estados Americanos voltaria a se fazer valer como foro de repercussão dos problemas da região e finalmente daria início à ambição de décadas de funcionar como câmara de prevenção e de resolução dos conflitos que de tempos em tempos agitam as Américas. Pode-se crer que um primeiro passo nessa direção foi dado em 3 de junho de 2009, quando a Assembléia Geral da Organização revogou o ato que suspendia Cuba da entidade desde 1962.

Manter Cuba afastada da comunidade interamericana por tanto tempo era uma das decisões herdadas dos tempos da Guerra Fria que há muito não fazia mais sentido. A suspensão do país da OEA se deu na histórica Assembléia de Punta del Este de janeiro de 1962, convocada para debater os efeitos da Revolução Cubana nas relações internacionais hemisféricas, que acabou aprovando a sua suspensão tanto da organização quanto da Junta Interamericana de Defesa (JID). Tempos difíceis eram aqueles, nos quais se temia o extraordinário potencial que as idéias da revolução liderada por Fidel Castro tinha de contaminar os sistemas políticos da região e se considerava que o comunismo era incompatível com os princípios da comunidade interamericana.

De certo modo, entretanto, a suspensão de Cuba naquele momento deve ser entendida no seu contexto e à luz dos próprios princípios formadores da OEA: a organização, afinal, foi criada para defender a região das ameaças externas, que naquele momento eram sinônimo de ameaças comunistas. A postura brasileira na Conferência de Punta del Este de certo modo traduz esses princípios: o governo de João Goulart

condenou o comunismo, votou a favor da suspensão de Cuba da JID (porque se tratava, de acordo com a avaliação brasileira, justamente de resguardar os aspectos de segurança), mas votou contrariamente à decisão de suspender o país da OEA.

É evidente que os problemas de Cuba não residem na sua exclusão por tanto tempo da comunidade da OEA. O regime dos irmãos Castro dá mostras extraordinárias de sobrevida, resistindo inclusive ao mais importante dos seus desafios, que são os embargos dos Estados Unidos. Nesse quesito, o discurso conciliador que o Presidente Barack Obama dirige às regiões e aos países que possuem agendas tensas com os Estados Unidos não dá mostras de generosidade suficiente para levantar esse último empecilho. Não deixa de ser um alento, entretanto, que a decisão de revogar a suspensão de Cuba da OEA tenha contado inclusive com o voto favorável de Washington, mas ainda há que se esperar pelo mais efetivo gesto de boa vontade para com Cuba, que seria o fim das sanções unilaterais impostas pelos Estados Unidos ao governo de Havana. Suspeita-se que esse poderia ser inclusive o ato mais efetivo na derrocada do regime dos irmãos Castro e para a abertura democrática da ilha.

A OEA se transformou nas últimas décadas em uma organização de baixa efetividade, mas que procura se renovar e encontrar novos esteios para a sua ação. Se não há mais a certeza da incompatibilidade de regimes comunistas com os preceitos da comunidade interamericana, há ainda a incompatibilidade dos regimes autoritários. A OEA se renovou justamente nessa direção, com a aprovação em setembro de 2001 da Carta Democrática Interamericana, que entroniza a

* Professor do Instituto de Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (iREL-UnB) e pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq (alesa@unb.br).

democracia e o respeito aos direitos humanos como novos valores da comunidade interamericana.

Ainda que Havana tenha feito pouco caso da decisão da Assembléia de San Pedro Sula (Honduras) que revogou a suspensão do país da OEA, indicando que no curto prazo a sua reintegração não deve ocorrer, o fato é que a medida reforça a estratégia de renovação da OEA. Ela põe fim a uma decisão anacrônica, que durando 47 anos deu mostras da sua irrelevância, e indica que Cuba deverá, se reintegrada, passar a promover o patrimônio da organização, que reside na promoção da democracia e dos direitos humanos sem condições.

Recebido em 07/06/2009
Aprovado em 11/06/2009

Resumo: A Organização dos Estados Americanos abriu caminho para o possível retorno de Cuba à organização, pondo fim à medida que por 47 anos baniou os países comunistas e era o mais importante sinal do isolamento de Cuba na região.

Abstract: The Organization of American States cleared the way for Cuba's possible return to the organization by lifting a 47-year ban on the communist-run country and was the latest sign of Cuba's isolation in the region increasingly governed by leftist leaders.

Palavras-chave: Cuba, Organização dos Estados Americanos

Key words: Cuba, Organization of American States



Coréia do Norte e os desafios internacionais

North Korea and the International Challenges

ALEXANDRE RATSUO UEHARA*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p.16 a 18]

As ameaças e temores de ações do governo da Coréia do Norte tem se tornado crescente tanto pelos seus vizinhos, particularmente Japão e Coréia do sul, como pela comunidade internacional como um todo. As razões para as preocupações não são poucas nem triviais, pois o poder militar da Coréia do Norte aumentou nos últimos anos; as tensões nas negociações político-diplomáticas com o governo norte-coreano se ampliaram nos últimos meses; os países membros do conselho de segurança têm mostrado dificuldades em administrar o problema de forma coesa e há incertezas sobre a reação da China e da Rússia caso haja uma intervenção militar.

A inserção internacional da Coréia do Norte é débil desde o final da Guerra Fria, quando a China e a ex-União Soviética – dois importantes parceiros – passaram a se aproximar do mundo capitalista. No caso de Pequim as reformas econômicas, desenvolvidas desde 1979, vinham conduzindo o país para o mundo capitalista. A desintegração da ex-URSS em 1991 fez com que as ajudas econômicas desse país a Pyongyang fossem drasticamente reduzidas e trocas comerciais deixaram de ser por escambo. No ano seguinte a Pequim adotou a mesma política, impondo maiores dificuldades à economia norte-coreana.

Os primeiros anos da década de 1990 não foram fáceis para Kim Il Sung – pai do atual líder norte coreano, Kim Jong Il. Nesse período, o governo chinês já estimulava o governo norte-coreano a buscar conversações com seus vizinhos e com os EUA para não cair no isolamento internacional. As conversações com os EUA conduziram ao acordo de 1994, que motivou acusações mútuas de descumprimento nos anos posteriores. Kim Il Sung estava sendo desenvolvido

conversações também com o governo sul coreano, porém elas foram interrompidas pela sua morte em 1994. Houve um período de três de transição anos na Coréia do Norte até que Kim Jong Il assumisse a liderança do país. Essa situação dificultou as conversações externas e no âmbito interno problemas – as inundações nos anos de 1995 e 1996 e a seca em 1997 – fizeram a fragilidade do país aumentasse.

No começo deste século, diante desse quadro de dificuldades norte-coreanas, as negociações desenvolvidas pelos governos da Coréia do Sul e dos Estados Unidos pareciam caminhar para entendimentos e para uma incorporação da Coréia do Norte nas relações internacionais pós-Guerra Fria. E a criação de vínculos poderia tornar mais custoso para Pyongyang a adoção de medidas de rupturas como as recentemente adotadas. No entanto, a decisão de 2002 do governo do presidente Bush de incluir a Coreia do Norte no eixo do mal e a buscar derrotar esse país por meio de políticas de isolamento fez com que as relações ficassem mais tensas. Já em dezembro desse ano, primeiro do governo Bush, Pyongyang anunciou seu afastamento do Tratado de Não Proliferação Nuclear. E, apesar das rodadas de negociações 5+1 (China, Coréia do Sul, EUA, Japão, Rússia mais Coréia do Norte) implementadas a partir de agosto de 2003, houve uma tendência de afastamento de Pyongyang da comunidade internacional.

Enquanto o governo Clinton desenvolveu uma política de engajamento, a administração do governo Bush adotou uma política de confrontação e aparente menosprezo em relação à Coréia do Norte. A confrontação se reflete na inclusão, na lista do eixo do mal já mencionada, e a baixa relevância dada pelo

* Doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo, Professor de Relações Internacionais nas Faculdades Integradas Rio Branco, Membro do Grupo de Conjuntura Internacional da USP – Coordenador da área Japão (aruehara@usp.br).

governo Bush ao país se reflete no fato do governo de Washington se recusar a negociar bilateralmente e por ser necessário que o Senado dos EUA aprovasse uma emenda em outubro de 2006 (NIKSCH, 2006) solicitando que o presidente Bush nomeasse um coordenador do alto escalão para negociar com a Coreia do Norte.

A recusa em se fazer uma negociação bilateral com Pyongyang se credita ao fato de Washington considerar que isso seria uma vitória diplomática norte-coreana, seria o reconhecimento da importância do país na política externa norte-americana, fato que os “gaviões” de Bush não aceitavam. Essa postura se refletiu em sucessivas recusas de negociação, apesar das solicitações de outros países envolvidos nas negociações, inclusive aliados, como Coreia do Sul e Japão, dando tempo e argumento para que a Coreia do Norte avançasse e concretizasse suas ameaças em 2006 – os testes do míssil de longo alcance em julho e da explosão nuclear em outubro.

Depois desses testes, o governo norte-americano se mobilizou para realizar conversações com o governo de Pyongyang. Em janeiro de 2007, quatro meses após o teste nuclear, houve em Berlim uma reunião entre o negociador americano, Christopher Hill, e o norte-coreano, Kim Kye-gyan, vista pelos norte-coreanos como uma flexibilização de Washington e a aceitação de uma negociação bilateral, no entanto, o representante da Casa Branca negou.

A partir dessa reunião abriram-se as possibilidades de negociações, que foram retomadas em Pequim no mês de fevereiro de 2007, de novo no formato 5+1. Nessa oportunidade se conseguiu um acordo com Coreia do Norte, no qual o governo concordava em fechar seu principal reator nuclear em troca de uma doação de combustível. Houve um cenário positivo, pelo menos durante o ano de 2007, no entanto, a situação começa a se complicar novamente em no início de 2008 com a eleição do conservador Lee Myung-bak, que declarou sua disposição em rever os acordos firmados por seus antecessores Kim Dae-jung e Roh Moo-Hyun, que buscaram uma aproximação com a Coreia do Norte.

O governo de Pyongnag, num gesto simbólico, destroi a torre de resfriamento do reator nuclear de

Yongbyon em junho de 2008, mas havia insatisfações tanto pela Coreia do Norte como pelos demais negociadores. Em agosto desse ano, Pyongyang anunciou a suspensão do desmantelamento do programa nuclear, sob a acusação de que os demais países não estavam cumprindo suas partes do acordo, uma vez que as ajudas acordadas estavam atrasadas e os EUA não tinham retirado o nome do país da lista de financiadores do terrorismo – fato que impedia o país de ter acesso à ajuda financeira internacional e linhas de crédito. Em novembro 2008, os EUA dão um sinal positivo ao governo da Coreia do Norte retirando o país da mencionada lista, mesmo contrariando interesses do Japão – seu principal parceiro na Ásia – que desejava condicionar essa retirada a uma solução do problema dos japoneses seqüestrados por esse país.

No entanto, em janeiro de 2009, Kim Jong-il encontra nas declarações do presidente sul-coreano, Lee Myung-bak um novo pretexto para se afastar das negociações e dos acordos internacionais. Algumas análises afirmam que essa é mais uma estratégia da Coreia do Norte de dividir para negociar. Durante o governo Bush a Coreia do Sul, por meio da “Sunshine Policy” era o parceiro próximo, agora esse lugar poderia ser ocupado pelos EUA com a chegada de Obama e sua diplomacia aberta. A Coreia do Sul, por sua vez, passou a ser o inimigo a ser combatido. Essa interpretação pode explicar a declaração do Comitê para a Reunificação Pacífica da Coreia, órgão de Pyongyang, em janeiro de 2009, afirmando a suspensão de todos os pontos acordados sobre o fim dos confrontos militares e políticos com a Coreia do Sul.

Contudo, a aposta desta vez não parece ter o resultado esperado. Depois do segundo teste nuclear, realizado em 25 de maio de 2009, não só houve um recrudescimento da posição dos EUA, como também a China e a Rússia condenaram as ações da Coreia do Norte. No entanto, uma resolução consensual não é fácil entre as potências, o fato dos membros do Conselho de Segurança da ONU demorarem mais de duas semanas para chegarem a declaração conjunta sobre as medidas a serem adotadas confirma essa tese.

Neste momento, as posições distintas não são somente entre os EUA e a Coreia do Sul, mas entre a linha norte-americana que defende posições mais

duras e com imposição de mais sanções e outra chinesa, que também condena os testes nucleares e os lançamentos de foguetes, mas não apóia sanções duras. Essas divergências refletem na demora da tomada de decisão contra as ações de Pyongyang e pode contribuir para a percepção norte-coreana de que ainda há espaço para desafios.

Bibliografia

NIKSCH, Larry A (2006). CRS Report for Congress. North Korea's Nuclear Weapons Program. Updated October 5, 2006. Disponível em: [http://pards.org/crs_country/CRSReportNorthKorea'sNuclearWeaponsProgram\(October5,2006\)Update.pdf](http://pards.org/crs_country/CRSReportNorthKorea'sNuclearWeaponsProgram(October5,2006)Update.pdf). Acessado em 20/Mai/09

Recebido em 19/06/2009

Aprovado em 23/06/2009

Resumo: Este artigo analisa as ações recentes da Coreia do Norte e as dificuldades internacionais de contê-las.

Abstract: This article analyzes the North Korea's recent activities and the international difficulties to refrain them.

Palavras-chave: Coreia do Norte, Segurança Internacional, Ásia

Key-words: North Korea, International Security, Asia.



A nova acusação mianmareense a Suu Kyi

The new birmanese accusation to Suu Kyi

HELOÍZA FELTRIN BANDEIRA*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 19 a 20]

Logo após um ano da passagem do Ciclone Nargis por terras birmanesas, a Junta Militar de Mianmar dá mais uma motivo para retornar aos focos da imprensa internacional. A quase 12 dias de ser libertada depois de seis anos presa em sua residência, a líder da oposição e vencedora do Prêmio Nobel da Paz de 1991, Aung San Suu Kyi, foi acusada de violação da prisão domiciliar, podendo pegar pena máxima de até cinco anos.

No poder desde 1988, a Junta Militar governa o país com rigidez e autoritarismo, facilitando violações aos direitos humanos e não permitindo qualquer tipo de manifestação antigoverno. Após o assassinato de cerca de 30 e a prisão de mais de 700 monges budistas nas manifestações de setembro de 2007, principalmente pelo aumento exorbitante dos preços dos alimentos e dos combustíveis, e a imposição de inúmeras dificuldades à entrada de ajuda humanitária para a população após a passagem do ciclone, os militares parecem tentar tirar Suu Kyi das próximas eleições de Estado em 2010.

Filha do general líder da independência do país, Aung San, assassinado em 1947, Suu Kyi é líder da Liga Nacional para a Democracia (LND), principal partido de oposição. Em maio de 1990 foram realizadas as primeiras eleições livres mianmareenses, e Suu Kyi foi eleita Primeira Ministra com mais de 80% de votos parlamentares. Contudo, a Junta não aceitou o resultado da eleição como legítimo, anulando-a, se recusando a sair do poder e decretando a prisão domiciliar da líder. Foi libertada em 1995, segundo a Junta, como um sinal de abertura democrática. Porém, sua liberdade durou pouco e, desde 1990, passou praticamente 13 anos presa, dez deles sem aparecer em público.

Seu último mandato de prisão foi de seis anos,

que iria de 2003 a junho de 2009. Faltando apenas 12 dias para sua libertação, Suu Kyi fora novamente acusada, agora por violar seus direitos da prisão domiciliar, deixando que um norteamericano se hospedasse em sua casa por dois dias, sem qualquer autorização do governo birmanês. Os mianmareenses são proibidos de permitir que qualquer estrangeiro passe a noite em sua casa, situação que fica ainda mais grave no caso do cidadão de Mianmar estar cumprindo pena de prisão domiciliar, como no caso da líder da oposição.

Capturado nos perímetros de sua casa, o norteamericano John William Yettaw teria nadado pelo lago Inya, que circunda a residência de Suu Kyi, e chegou até a casa. Ela, por compaixão de vê-lo exausto, o teria deixado se hospedar por duas noites. Ao tentar sair, foi capturado pelos militares que tomam conta da segurança de Suu Kyi. O time legal que faz a defesa de Suu Kyi disse que a cliente de maneira alguma convidou o intruso e que a grande culpa seria dos guardas que realizam a segurança da casa. É deles a responsabilidade de não deixar que ninguém se aproxime do domicílio da detenta.

A líder da oposição foi transferida para a prisão de Insein, próxima a Yangon, para ouvir as acusações e responder ao julgamento. Se acusada, pode passar cinco anos encarcerada nessa mesma prisão. No entanto, há quem diga que a Junta tem planos para transferi-la a uma base militar afastada.

Depois de adiado duas vezes, seu julgamento ainda não tem data exata. Quando a acusação iria apresentar seus argumentos finais, os advogados de defesa recorreram a uma nova convocação de testemunhas, já que três das quatro testemunhas de defesa foram rejeitadas pelo juiz que conduz o caso.

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise de Relações Internacionais – LARI (helofeltrin@gmail.com)

Apenas o jurista Kyi Win foi aceito para testemunhar a favor de Suu Kyi. A defesa anunciou que se o novo pedido fosse rejeitado, recorreria ao Supremo Tribunal de Mianmar.

No dia 09 de junho, o tribunal decidiu aceitar uma segunda testemunha para Suu Kyi, a advogada Daw Khin Moh Moh. Apesar disso, os advogados de defesa acreditaram que duas testemunhas eram insuficientes e que seria necessário recorrer da decisão no Supremo. A defesa gostaria que seus outros indicados tivessem sido aceitos: o jornalista e detento político Win Tin, membro da LND e considerado o preso político mais antigo do país (até ter sido transferido, no ano de 2008, para prisão domiciliar); e o detento político Tin Oo, que é vice-presidente da LND.

Para a promotoria, foram aprovadas 22 testemunhas, das quais somente 14 foram ouvidas até o momento.

Desse modo, percebe-se que apesar do anúncio de que a Junta está disposta a fazer uma abertura política gradual, a acusação de Suu Kyi vem no sentido contrário a isso, mostrando que opositores ao governo devem continuar sendo perseguidos e aprisionados. A nova constituição, aprovada em maio de 2008 por um plebiscito popular, seria um passo muito importante rumo à democratização. Contendo princípios de garantia da justiça, liberdade e igualdade; de não-discriminação e liberdade de expressão e de organizações populares, foi elaborada pelos próprios governantes e finalizada em fevereiro de 2008. Porém, se o julgamento for realmente uma estratégia para impedir a participação nas eleições pluripartidárias de 2010, prevista na própria constituição, daquela que seria a maior concorrente do governo atual, como afirmam membros da LND, o governo daria um passo atrás com relação à abertura política. Deixa também a dúvida, presente desde a aprovação popular, da real instauração dessa nova constituição em um país governado há quase 22 anos por decretos lançados pelas próprias autoridades do Estado.

A Junta rebate as acusações dizendo que a prisão da líder nada tem a ver com perseguição política nem com direitos humanos. Estariam somente cumprindo as leis do país.

A acusação causou revolta nos opositores do governo, gerando manifestações populares contra a

Junta Militar e pedidos de outras nações e organizações internacionais de todo o mundo pedindo pela liberação imediata de Suu Kyi. Por exemplo, os líderes da ASEAN, organização da qual o Estado de Mianmar faz parte, condenaram as acusações e pediram pela libertação da líder da oposição.

Os atores internacionais que talvez pudessem pressionar mais os governantes de Mianmar seriam Índia e China, os gigantes da região. Contudo, a China, juntamente com a Rússia em janeiro de 2007, vetaram uma crítica do Conselho de Segurança a esse governo, o que pode demonstrar que as potências regionais queiram o afastamento do Ocidente de questões próximas às suas fronteiras. Sendo assim, mesmo sendo a ONU o único ator internacional em diálogo direto tanto com o governo birmanês quanto com Suu Kyi e, portanto, o único meio de pressão por um processo de reconciliação nacional, sua abordagem pode não resultar em qualquer medida.

Se Suu Kyi for realmente condenada, o país deve sofrer fortes pressões da comunidade internacional, podendo gerar, até mesmo, novas sanções unilaterais contra o país. Espera-se que ocorram outras manifestações populares em conjunto com líderes budistas, principalmente nas vésperas do julgamento, a fim de realizar pressão sob o tribunal para uma decisão favorável a Suu Kyi.

Contudo, se a líder for libertada, é provável que fique sob vigia da Junta até as eleições de 2010, podendo sofrer mais acusações até lá, o que poderia inviabilizar sua participação como candidata legítima.

Recebido em 27/06/2009

Aprovado em 30/06/2009

Resumo: As novas perspectivas das eleições mianmaenses de 2010 após a acusação de violação domiciliar por Suu Kyi.

Abstract: The new perspectives of 2010 election in Myanmar after Suu Kyi's accusation of violating the terms of her house arrest.

Palavras-chave: Suu Kyi; Mianmar

Key words: Suu Kyi; Myanmar

Crise política e golpe de Estado em Honduras e o retrocesso democrático na América Latina

Political crisis and coup d'état in Honduras and democratic setback in Latin America

TAÍS SANDRIM JULIÃO*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 21 a 23]

A história democrática da América Latina pode ser considerada recente se comparada às tradições norte-americanas e europeias. Se avaliarmos o histórico da América Central, veremos que a questão possui dimensões adicionais ao problema da historicidade, já que a reflexão nos leva a explorar aspectos relacionados a elementos centrais do sistema democrático contemporâneo, a saber, a efetividade e a estabilidade.

Ambas as características têm como pressuposto o papel fundamental do sufrágio universal, que por sua vez é garantido por uma Constituição que deve conter e representar os valores políticos esperados *pela e para* a sociedade. A transparência e a previsibilidade do processo eleitoral legalmente fundamentado sustentam, em grande medida, a legitimidade que os cidadãos atribuem tanto aos resultados, quanto ao processo em si.

Os eventos transcorridos neste último domingo (28 de junho) em Honduras, entretanto, colocaram *em xeque* estes fundamentos que, do ponto de vista da onda democrática que abarcou a América Latina de modo geral e a América Central em particular a partir da década de 1990, pareciam incorporados à lógica política destas regiões.

A história política de Honduras é marcada pelas dinâmicas estruturais que a presença do colonialismo ibérico e a influência direta dos Estados Unidos impuseram aos Estados da América Central. Após a sua independência do império espanhol no século XIX, Honduras figurou como mais um país que sofria intervenções norte-americanas e, diante disso, tinha

sua soberania relativizada pelo peso do contexto regional em suas questões internas.

Esta tendência ficou particularmente acentuada a partir do final da década de 1970, quando então a América Central, sobretudo Nicarágua e El Salvador, passaram por agitações políticas relacionadas às atividades guerrilheiras na região e a preocupação norte-americana em deter possíveis focos esquerdistas. Honduras passou a figurar como base de apoio do exército dos Estados Unidos, e, diante desta importância estratégica para os interesses destes últimos, mantinha com este país um relacionamento bilateral marcado pela dependência econômica e pela pressão exercida nos processos políticos domésticos, notadamente em suas eleições.

Encerrado os anos da Guerra Fria, esperava-se que a região recuperasse paulatinamente a autonomia em suas decisões internas e que fosse possível diversificar os contatos internacionais, em especial àqueles de caráter econômico. Todavia, a presença norte-americana se impôs, e escassas foram e ainda são as alternativas de articulação que os países da região central do continente americano possuem.

No caso específico de Honduras, uma esperança surgiu a partir de 2006 quando foi eleito por vias democráticas o candidato a presidência Manuel Zelaya, do Partido Liberal. O presidente eleito apresentava propostas mais próximas à perspectiva da esquerda, trazendo para o debate questões cruciais para a realidade daquele país, a saber, sua dependência econômica e a pobreza generalizada que o caracteriza. O resultado deste posicionamento político de Zelaya

* Mestranda em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília – UnB (taisjuliao@unb.br)

foi um afastamento do país em relação aos Estados Unidos e uma maior aproximação aos Estados latino-americanos.

Nesse sentido, a eleição de Zelaya estava de acordo, por um lado, às expectativas dos cidadãos hondurenhos, que esperavam por uma política mais nacionalista, entendidas neste caso como mais próxima aos problemas básicos da economia do país e as necessidades da população. Por outro, enquadra-se na tendência à *gauche* que marca a democracia na América Latina, que desde 1990 vêm elegendo por vias legais e legítimas governos comprometidos com uma visão mais crítica da situação de seus países, inclusive em sua dimensão estrutural – que historicamente os colocam em posição desfavorável no relacionamento com outros países de modo geral, e com os Estados Unidos em particular.

O imbróglio que levou a deposição do presidente democraticamente eleito de Honduras está relacionado à consulta que seria realizada neste último domingo sobre a possibilidade de uma reforma constitucional. O projeto de Zelaya era de que, conjuntamente às eleições presidenciais, do Congresso e as municipais – que estão marcadas para novembro deste ano-, uma quarta consulta fosse realizada para averiguar se era o desejo da população que fosse convocada uma Assembléia Constituinte para reformar o texto constitucional. Assim, o presidente de Honduras buscava legitimar uma consulta adicional ao processo eleitoral regular previsto pela Constituição.

Esta atitude levou membros do próprio partido do presidente a decretar à inconstitucionalidade do procedimento, apoiados por setores do poder Judiciário e do Exército. Segundo os opositoristas à consulta, o objetivo de Zelaya era político, acreditando que na nova Constituinte fosse inserida a possibilidade de reeleição do atual presidente. Desta forma, a justificativa para o golpe seria o risco de deturpação da democracia naquele país que a iniciativa do presidente eleito apresentava.

Roberto Micheletti, presidente do Congresso, foi quem liderou o processo de deposição do presidente Zelaya, apontando que haviam irregularidades jurídicas na consulta prevista para este domingo. Com o apoio do Exército, Zelaya, que legalmente perma-

neceria na presidência de Honduras até janeiro de 2010, foi preso e exilado na Costa Rica, assumindo Micheletti o chefe do executivo.

O golpe militar em Honduras gerou reações por parte da comunidade internacional. Na América Latina, o grupo de países que compõem a ALBA, liderado por Hugo Chávez, estão reunidos em Manágua para discutir o ocorrido, e colocam-se claramente em apoio ao presidente Zelaya. Os demais países sul-americanos reafirmam tal posição, concordando que tal episódio retrocede os avanços democráticos conquistados por todo o continente. Até o momento nenhum país se manifestou favorável ao reconhecimento da presidência de Micheletti em Honduras. Uma reunião da Organização dos Estados Americanos (OEA) deverá ser chamada nos próximos dias para tratar do tema.

Os Estados Unidos e a União Européia defendem que Honduras deve respeitar o processo democrático e garantir que o presidente eleito volte ao cargo. Todavia, a situação coloca um desafio adicional à Barack Obama, que vêm mantendo o baixo perfil de relacionamento com a América Latina, apesar de ter declarado que um de seus objetivos é retomar a atenção dada à região. Este, pois, é um momento importante para Obama, que deverá se colocar ativamente no processo sob pena de ser acusado de negligência, como já foram outros presidentes dos Estados Unidos.

O caso de Honduras nos traz a oportunidade de empreender uma reflexão importante sobre a estabilidade democrática da América Latina. A região, que possui em seu histórico golpes militares, intervenções externas e instabilidades políticas de tipos variados, vê-se no século XXI mais uma vez desafiada. Século este em que, após assistir eleições tranquilas e governos bem sucedidos da esquerda, mais do que nunca fazia-nos crer na consolidação da democracia. Eventos como as reformas constitucionais venezuelana e boliviana, que versavam sobre o processo de reeleição, representam sem dúvidas elementos de desconfiança acerca do fundamento político de iniciativas de consulta tais como as tomadas por Zelaya.

Estariam as democracias latino-americanas transformando-se *democraticamente* em ditaduras de uma esquerda reformada? Ou seriam estas ins-

tabilidades características à região, e, nesse sentido, cíclicas, uma espécie de elemento estrutural tal como a dependência econômica? Ou os valores democráticos da América Latina que sustentam seus Estados possuem particularidades que tornam estes últimos mais complexos e, como vêm mostrando os fatos, politicamente mais instáveis?

Este momento de crise, marcado por perguntas difíceis de serem respondidas ao calor dos fatos, não deve nos eximir, todavia, da necessidade e da responsabilidade de realizar uma reflexão crítica e em perspectiva histórica sobre os desafios que a América Latina deverá enfrentar para sustentar nas próximas décadas suas conquistas democráticas.

Recebido em 29/06/2009

Aprovado em 30/06/2009

Resumo: O artigo apresenta uma discussão em perspectiva histórica sobre a crise política e o golpe de Estado desencadeados em Honduras.

Abstract: The article presents a discussion in historical perspective on the political crisis and the coup d'état triggered in Honduras.

Palavras-chave: América Latina; Democracia; Honduras

Key words: Latin America; Democracy; Honduras



A importância da China na resolução da questão nuclear na Península Coreana

China's importance in the resolution of the nuclear question in the Korean Peninsula

WILSON TADASHI MURAKI JUNIOR*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 24 a 25]

Os recentes desenvolvimentos em matéria de segurança no Nordeste Asiático apresentam-se como grandes desafios para a comunidade internacional, especialmente para os países da região. Assim, a nuclearização da Península Coreana é um assunto que incomoda também a China, e, ainda que a Coreia do Norte seja reconhecida como sua aliada, o aumento das provocações de Pyongyang é um assunto para o qual Beijing deve desenvolver novas fórmulas de ação, já que é provável haver um esgotamento daquelas mais tradicionais, características do relacionamento bilateral recorrente nos últimos anos.

A China tem sido o grande ponto de apoio do regime comunista da Coreia do Norte, enviando comida e energia e, ao mesmo tempo e com o suporte russo, evitando a aprovação de novas sanções pelo Conselho de Segurança da ONU que punissem de forma mais severa os caprichos de Pyongyang. Desse modo, a China mantém-se como centro da órbita de influência que incluiria o país vizinho, ou seja, seria um espaço natural de projeção dos interesses chineses.

Nesse sentido, uma maior aproximação do modelo sócio-político da Coreia do Norte com aquele existente no território sob domínio do Partido Comunista Chinês seria uma demonstração clara do poder da potência em ascensão e, mais do que isso, também representaria um modelo que poderia ser seguido por outras sociedades em diversas localidades. Assim, a combinação de regime político comunista com gradativa abertura econômica sob controle do Estado, que são aspectos que resumem de forma sintética o modelo chinês, embasaria um arquétipo de 'alternativa chinesa' ao predomínio das democracias liberais de economia de mercado do Ocidente.

A aplicação disso ao caso da Coreia do Norte poderia assemelhar-se ao crescimento econômico que a China mesma tem testemunhado, ao mesmo tempo em que a viabilidade macro-estrutural também garantiria a própria viabilidade do governo de Pyongyang, que é em essência comunista e, se não totalmente fechado em si mesmo, ainda assim pró-Beijing. Talvez fosse a única maneira de, no longo prazo, assegurar-se a permanência do modelo político do pequeno país comunista.

Algo semelhante a abertura econômica tem acontecido, mas isso é mais fruto de cooperação derivada da aproximação das duas Coreias em anos anteriores do que da própria adoção de um modelo parecido com o chinês de Deng Xiaoping. O pólo industrial de Kaesong conglomerava, em território norte-coreano, empresas do Sul que se utilizam da mão-de-obra barata daquele país para a confecção de produtos a preços baixos. Além disso, Kaesong é importante fonte de renda para o próprio governo de Pyongyang. Nesse sentido, longe de ser algo como 'zona econômica especial', em que há incentivos para investimentos privados em ambiente estável, Kaesong é fruto do pragmatismo encontrado entre os dois países, cujas regras de funcionamento mudam de acordo com a discricionariedade do governo comunista, ao mesmo tempo em que rígidas leis de controle de informações permanecem coibindo inclusive sul-coreanos que trabalham no empreendimento.

Desse modo, além de a Coreia do Norte já não parecer seguir o caminho que mais seria conveniente à China, também as suas recentes demonstrações unilaterais de poder colocam os governantes chineses numa difícil situação, já que forças contraditórias

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (murakitadashikun@hotmail.com).

influenciam suas atitudes para com Pyongyang. Como já mencionado anteriormente, o ideal para Beijing seria a adoção, pela Coreia do Norte, do seu modelo político, econômico e social. Por outro lado, o pior cenário seria o da falência do regime do país vizinho, com a imediata macro-desequilíbrio dos seus fundamentos sociais (e conseqüente emigração em massa para o território chinês), e posterior reconstrução sob o modelo de uma democracia com economia de mercado e reunificação com o Sul, consagrando-se a construção de uma Península Coreana unificada sob os auspícios do Ocidente.

Nesse sentido, tendo-se em conta que nenhum dos dois cenários é provável no curto prazo, seria relevante para Beijing buscar uma solução para a radicalização do discurso e aumento do poder militar da Coreia do Norte justamente para que se evite uma corrida armamentista na região. Definitivamente, não é interessante para a China deixar de ser o único país nuclear no Extremo Oriente, testemunhando, por exemplo, o ressurgimento do poderio japonês. Além disso, já que busca maior importância global, tampouco seria interessante ser taxada como país incapaz de controlar um pequeno regime sobre o qual tem influência, ou irresponsável por não condenar atitudes que violam de forma tão explícita fundamentos do sistema internacional.

Assim, os desafios que se colocam a Beijing relacionam-se à busca de punição de atitudes extremas, mas que não desestabilizem Pyongyang. O processo de desnuclearização da península, assim, seria conveniente para a China, mas o preço que isso teria limita as suas ações. Nesse sentido, a China, em conformidade com a Rússia, de fato apoiou a aprovação de resolução condenatória por parte do Conselho de Segurança, mas, por mais que se tenha divulgado uma suposta mudança da posição chinesa, ambas mantiveram a oposição a medidas realmente coercitivas.

As recentes demonstrações de poder da Coreia do Norte, que envolveram um teste nuclear, lançamento de vários mísseis e endurecimento do discurso, possuem um direcionamento tanto externo como interno. Ao mesmo tempo em que o país busca instrumentalizar o seu ganho de poderio militar como fonte de barganha em negociações, como já realizou antes, buscando reduzir o atual tom mais duro da vizinha do sul e chamando a atenção do novo governo norte-americano, também a questão da sucessão de

poder ganharia outra conotação, já que o enfraquecimento físico de Kim Jong-Il não seria associado a uma eventual decadência do regime.

Assim, a China, que é tida como ator-chave na resolução do impasse, pode encontrar maior espaço de manobra para ganho de influência na região, mas deve, para isso, mostrar-se forte e confiável o suficiente para que Pyongyang deixe de enxergar nas relações bilaterais com os Estados Unidos a forma de garantia de reconhecimento internacional do seu regime. O respaldo total e constante da China à Coreia do Norte, que também incluiria aumento da ajuda em matéria energética, de alimentos e financeira e, em contrapartida, abertura gradual ao restante do mundo aos moldes daquele vivenciado na primeira nos últimos 30 anos, reduziriam não somente a necessidade de Pyongyang de fazer testes e, assim, conquistar reconhecimento e poder de barganha, mas também a própria tensão existente no Extremo Oriente.

Desse modo, a China possui capacidade de oferecer respaldo à Coreia do Norte, mas também impõe exigências, e é isso o que gera um sentimento de desconfiança. A grande questão que se desenha é, portanto, se Pyongyang pode passar a enxergar na grande vizinha apoio irrestrito para um tipo de inserção internacional mais equilibrado, mas que da mesma forma assegure a continuidade do regime. Por fim, a China é um poder em ascensão, que busca exportar seu modelo político-econômico, mas não parece possuir, ainda, reconhecimento de que seja uma alternativa viável aos Estados Unidos.

Recebido em 25/06/2009

Aprovado em 29/06/2009

Resumo: O estudo busca caracterizar o papel e a importância da China no que se refere à questão nuclear norte-coreana.

Abstract: This article seeks to characterize China's role and importance in the resolution of the North-Korean nuclear question.

Palavras-chave: Coreia do Norte; questão nuclear; política externa chinesa

Key words: North Korea; nuclear question; Chinese foreign policy

Suiza, Bélgica y Europa – el rol del multiculturalismo en la construcción de estados nacionales

Switzerland, Belgium & Europe – the role of multiculturalism in the construction of nation-states

RODRIGO WIESE RANDIG*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 26 a 29]

El pasado 7 de junio, mientras en todos los países de la Unión Europea se daban elecciones para representantes nacionales en el parlamento europeo, Bélgica llevaba a cabo también un segundo sufragio, éste a nivel regional: repitiendo una tendencia de décadas, los valones – belgas francófonos de la mitad sur del país – dieron la mayoría de asientos al partido socialista, en gran contraste con el resultado observado al norte, en Flandes, en donde la derecha cristiana mantuvo su posición preponderante.

Un escrutinio de los resultados de las elecciones en Bélgica – tanto para el parlamento europeo como las regionales – patentiza la cisión del país entre sus dos grandes grupos. La capital belga, así, representa el epicentro de dos procesos de todo puestos en lo concerniente al rol del Estado nacional: por un lado, es la capital de la Unión Europea, el más exitoso proyecto de integración regional y superación del modelo nacional vestfaliano; por otro lado, Bruselas es también el centro de las recurrentes disputas entre belgas francófonos y flamencos, que refuerzan las presunciones pesimistas de que todo Estado plurinacional estaría predestinado al fracaso.

Considerada ejemplo clásico de un “estado artificial”, Bélgica ha de hecho sido creada, grosso modo, como un “estado colchón” (*buffer-state*) entre Francia y sus vecinos al norte, en el cual se vieron unidos a fuerza dos grandes grupos en casi nada similares, los valones francófonos y los flamencos de habla neerlandesa. Cultural y también geográficamente, Flandes y Valonia son en gran medida continuaciones de los

Países Bajos y de Francia, respectivamente. Pese a que los flamencos hayan siempre sido la mayoría de la población (actualmente, cerca de 60%), la aristocracia concentrada en Valonia controló el nuevo país como un estado monocultural por décadas, imponiendo su cultura y lengua a los flamencos. Tan solo en la década de 1960 se escribiría una versión oficial en neerlandés de la constitución belga y se oficializaría una división del país como estado federado, según sus regiones lingüísticas: además de Valonia y Flandes, fue reconocida Bruselas como una tercera región, con status bilingüe, y se garantizaron autonomías lingüísticas al pequeño grupo de habla alemana en el este de Valonia.

Desde entonces, por presión de Flandes – que, pese a la negligencia con la que había sido tratado por las élites francófonas, se desarrolló rápidamente en la segunda mitad del siglo pasado, rebasando económicamente Valonia – ha habido una separación cada vez más grande entre las competencias de las dos regiones. Flamencos y valones han seguido caminos apartados, y hoy día es tamaña la separación entre las dos regiones – no solo en aspectos políticos y administrativos, sino también culturales – que muchos se preguntan si aún hay un sentido para Bélgica. Las cisiones profundas entre las dos comunidades han ya causado un sinnúmero de crisis políticas e institucionales y la caída de gobiernos – como caso crítico, tras las elecciones generales del 2007, Bélgica quedó casi un año sin un gobierno efectivo, y tal vez lo más preocupante haya sido exactamente la percepción de

* Rodrigo Wiese Randig é Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (rodrigorandig@gmail.com).

que eso no impidió que el país – o, más precisamente, Valonia, Flandes y Bruselas, cada una por sí sola – siguiera normalmente sus actividades.

¿Dichos hechos respaldan el argumento de que Bélgica ha perdido su razón de existencia? Y, aunque así sea, ¿se podrá tomar Bélgica como un patrón, predestinando al fracaso todo estado multinacional?

Por estar directamente relacionados a la cultura de un pueblo, los idiomas juegan un rol muy significativo en los procesos de consolidación internos de estados nacionales.

Aunque sea corriente afirmar que un gran número de los países de hoy sean plurinacionales, pocos de ellos son de hecho multilingües en el sentido de conceder a varias lenguas el mismo status, tanto en teoría como en práctica. Lo que se da hoy en China con el mandarín frente a los distintos idiomas hablados en el país no es distinto de lo que se hizo en Alemania e Italia recién unificadas: la imposición de una lengua o dialecto como norma estándar nacional. Incluso en España, pese a que se reconozca oficialmente status igual al catalán, al gallego y al vasco que al castellano, es evidente que este es la verdadera “lengua nacional”, en la cual todos pueden comunicarse con el gobierno, y especialmente, la lengua que identifica a la mayoría de la población entre sí y con el estado español.

Aunque no sea positiva para los idiomas y culturas minoritarios, la preponderancia de un solo idioma nacional, como ocurre hoy en la mayoría de los países – pero no en la lingüísticamente dividida Bélgica –, es positiva si se tiene como fin la manutención de la cohesión nacional.

Otro de los pocos estados actuales realmente multilingües es Suiza, pero compone un cuadro completamente distinto del de Bélgica. Sin embargo, aunque sea cierto que las tensiones que tanto moldean las políticas internas belgas se hacen de todo ausentes en Suiza, hay que considerarse también que son muy distintas las variables comparativas entre ambas.

Principalmente, la diferencia entre esos dos estados revuelve alrededor de la propia constitución interna de cada uno: mientras que Bélgica se divide oficialmente en dos grandes regiones (además de Bruselas), separadas por un límite lingüístico, Suiza es

una confederación de “cantones” – 26 de ellos, cada cual con su propia constitución escrita, parlamento e idiomas oficiales (en general uno de las cuatro “lenguas nacionales” de Suiza – el alemán, el francés, el italiano y el romanche, habiendo también cantones bilingües e incluso uno trilingüe).

Eso pone abajo la tesis de que una amplia devolución de competencias a nivel local y la equivalencia de status entre distintos idiomas impiden la cohesión nacional. Lo que se concluye, en vez, es que la debilidad belga adviene de su división específicamente en dos: mientras que en Suiza la identificación local del individuo se da en un micronivel cantonal, sin existir un grado de identificación significativamente más grande entre los cantones de un mismo idioma que entre todos los cantones de la confederación, en Bélgica la división dual entre Valonia y Flandes constituye una debilidad intrínseca, en la medida en que la identidad de cada uno de los dos grupos fue construida en oposición al otro grupo. La división suiza reconoce la inmensa pluralidad de los diferentes grupos que componen el país, mientras que la división sencilla de Bélgica identificó a casi todos los ciudadanos (exceptuándose bruseleses y los pocos germanófonos) como “valones” y “no-valones”, o “flamencos” y “no-flamencos”.

En Suiza, además, parece haber habido un esfuerzo consciente en el énfasis dado a aquello que, más que distinguirlos, unía a todos los grupos que vivían en la región. Independiente del idioma que hablen, los suizos tienen a su favor una historia larga de unión y cooperación, a diferencia de Bélgica. La política de neutralidad internacional de Suiza, además, puede ser considerada una “jugada maestra” de sus gobernantes en la medida en que sirve como un principio que une a todos los suizos y a la vez los aísla de sus vecinos – no hay una fuerte identificación entre los italo-suizos e italianos o entre franco-suizos y franceses.

Quizás más importante aún, los suizos germánicos, la mayoría de la población nacional, son el grupo más apartado de cualquier nacionalidad no-suiza, a lo que seguramente contribuye el hecho de que el alemán hablado en Suiza no es el “alto alemán” (norma estándar de Alemania), sino que un dialecto distinto, incluso poco comprensible para los propios alemanes.

Bélgica, por su parte, no logró distanciarse en el campo cultural de sus vecinos. Pese a que Flandes sí se haya aislado de la influencia neerlandesa y a que su idioma sea un dialecto distinto del holandés estándar de los Países Bajos, es evidente para todo flamenco que su identidad es más próxima de la del ciudadano común de Róterdam que de la del de Lieja. Por su parte, los valones son cultural y lingüísticamente confundibles con franceses, lo que justifica que, mientras que la mayoría de ellos se dice contraria a la secesión de Bélgica, encuestas indican que, si dicha secesión de hecho se llevara a cabo, aproximadamente la mitad de los valones desearían la integración de su región a Francia.

Hay, por fin, una diferencia evidente entre los dos países analizados: sus economías. La ausencia de problemas económicos en Suiza es un factor más para justificar la ausencia de cualquier tipo de tensión interna. Bélgica, por otro lado, tiene problemas económicos cada vez más graves. Peor aún, es evidente a todos que también en ese sentido el país se encuentra dividido: si se separaran hoy valones y flamencos, estos vivirían hoy en uno de los países más desarrollados de Europa, y aquellos, en uno de los más pobres.

Disparidades significativas de grado de desarrollo económico entre regiones son un problema común a un sinnúmero de países, muchas veces justificadas por diferencias naturales de cada región o por políticas del propio gobierno, y, por esa razón, la redistribución interna de capital, beneficiando regiones menos desarrolladas, es una práctica común. Dicha práctica, sin embargo, se justifica exactamente por el sentimiento nacional, que fomenta la idea de pertenencia a algo más grande que su propia región – lo que casi no existe en Bélgica, donde los flamencos, además de todas las discordancias históricas, echan a sus vecinos del sur y a su insistencia en reelegir el partido socialista local la culpa por su ínfimo desarrollo.

Finalmente, se puede concluir que la debilidad del estado belga emana no solo de su construcción artificial e históricamente conturbada, intrínsecamente basada en la oposición entre dos grupos de tamaño equiparable, sino que también en el hecho de que ninguno de los dos grupos se identifica con el propio estado belga. Incluso en Canadá, por ejemplo, hay –

además de políticas incluyentes mucho más efectivas – una mayoría (los anglófonos) cuyos miembros no se sienten parte de un grupo específico, opuesto a la minoría francófona, sino que se sienten canadienses. En Bélgica, por otro lado, la mayoría (los flamencos) no logra identificarse con un estado en el cual por tanto tiempo fueron marginalizados, gobernados por el grupo opuesto.

Así, aunque no necesariamente un país necesite de una sola lengua para tener éxito, como lo atesta Suiza, diferencias lingüísticas y culturales internas pueden de hecho ser un gran desafío a un estado, como de hecho lo son en el caso crítico del estado belga.

¿Tiene remedio Bélgica? Por supuesto que hay alguna posibilidad de remediarla; sin embargo, eso exigiría una reforma profunda de las instituciones del país, posiblemente solo alcanzada con un nuevo gobierno que, a diferencia de los más recientes, encarara el problema de frente, haciendo ver a valones y flamencos que les va mejor juntos y que es ventajoso y posible dejar atrás resentimientos pasados.

Dicha posibilidad, sin embargo, no es en absoluto sencillamente aplicable, y no es la tendencia que parecen seguir los eventos en Bélgica.

De cierto modo, parece que Bélgica está, sí, destinada a un fracaso como estado-nación, pero eso no significa que Valonia y Flandes vayan a entrar para la comunidad internacional en un corto periodo de tiempo, o jamás. Hay costos muy elevados – económicos, políticos e institucionales – para una separación efectiva del país. Más importante aún, restaría la cuestión de qué hacer de Bruselas, mayoritariamente francófona pero enclavada en Flandes, y sin la cual ambas regiones se verían retrasadas.

Así, lo más probable es que la “capital de Europa” acabe por mantener unidas a las dos regiones belgas, pese a todo lo que naturalmente las aleja. Lo que sí se puede esperar es una separación cada vez más grande en aspectos políticos, culturales y económicos, como lo desean los flamencos: será, sí, un fin a Bélgica como modelo de estado uno, pero Flandes y Valonia deben continuar delegando a una cada vez más internacionalizada Bruselas sus relaciones exteriores.

Y ¿qué querrá decir eso para la propia Europa? ¿El fracaso de Bélgica en unir tan solo a dos grupos

distintos significa que el mismo fin aguarda el actual proyecto de construir una gran nación europea?

Como hemos visto, no necesariamente las diferencias culturales serán un impedimento. Hasta ahora, aquellos que defienden una Europa unida han tenido éxito en promover una idea de una gran nación compuesta por pueblos en mucho distintos, pero también en mucho similares, con historia y cultura conjuntas, que los hacen distintos del resto del mundo. En otras palabras, aunque se esté todavía lejos de una completa integración política en el continente, se puede decir que el proyecto de una Europa unida tiene, sí, futuro – en caso de que pueda tomarse más el ejemplo de Suiza que el de Bélgica.

Recebido em 21/06/2009

Aprovado em 26/06/2009

Resumo: Estudo comparado entre Bélgica e Suíça como teste à suposição de que estados multiculturais seriam naturalmente instáveis.

Abstract: Comparative study between Belgium and Switzerland, testing the hypothesis that multicultural states naturally face instability.

Palavras-chave: nacionalismo; Bélgica; idiomas

Key words: nationalism; Belgium; languages



Perspectivas quanto a negociações entre israelenses e palestinos

Perspectives on the negotiations between Israelis and Palestinians

HEITOR FIGUEIREDO SOBRAL TORRES*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 30 a 31]

Até que ponto o discurso Begin-Sadat, proferido em 14 de junho pelo primeiro-ministro de Israel Binyamin Netanyahu, representa um novo estágio das negociações entre israelenses e palestinos? O pronunciamento marcou a primeira menção do líder israelense à possibilidade de criação de um Estado palestino nas fronteiras da Faixa de Gaza e da Cisjordânia. Com esse fim, encontros com representações palestinas foram propostos abertamente. Enfatizou-se que o diálogo inclui um processo de pacificação que se estende às demais nações árabes. Afirmou-se que essas desempenham um importante papel de mediação: não só apoiando a causa palestina, mas também anuindo ao Estado de Israel.

Algumas nuances no pronunciamento, no entanto, impediram uma recepção otimista da sua mensagem por líderes árabes e palestinos. O presidente egípcio Hosni Mubarak, um dos principais interlocutores dos israelenses, condenou uma das condições oferecidas por Netanyahu para a criação de um Estado palestino, a de que Israel seja reconhecido como Estado *judeu*. Isso porque essa consideração impossibilita avanços em um dos pontos mais sensíveis da agenda das negociações, isto é, a reintegração de refugiados palestinos, cujos descendentes estão excluídos do Estado de Israel desde 1948 e que permaneceriam assim caso esse Estado seja associado a uma identidade judaica.

Lideranças palestinas demonstraram insatisfação com o posicionamento de Netanyahu em relação aos assentamentos judeus na Faixa de Gaza. Julgando que as atuais ocupações são legítimas, o primeiro-ministro estaria contradizendo a jurisdição que o futuro Estado palestino teria sobre seu próprio território. Além disso, a proposta de que a soberania

do novo Estado também estaria condicionada à sua total desmilitarização é considerada como inaceitável pelos palestinos.

Dessa forma, uma interpretação possível do discurso e do contexto atual das interlocuções entre israelenses e palestinos é a de que, mais uma vez, há um impasse nas condições para o diálogo e, com isso, as propostas de cada lado tenderão a ser continuamente rejeitadas até que, por uma crise ou escalada nos conflitos, as conversações simplesmente cessem. Esse esquema geral pode ser aplicado, em menores ou maiores intervalos de tempo, aos Acordos de Oslo, na década de 1990, aos encontros em Camp David, em 2000, e à Conferência de Annapolis, em 2007. Entretanto, um fator que demanda maior atenção para elucidar os últimos desenvolvimentos é a abordagem do governo norteamericano para as negociações e para o Oriente Médio como um todo.

Analisar a influência dos EUA na dinâmica das negociações induz à premissa de que o país representa uma vertente importante para a resolução da questão. De fato, é possível supor que os momentos percebidos como de maior êxito nas negociações passadas tiveram na participação norteamericana um dos seus maiores trunfos, como os três encontros citados anteriormente atestam. Mais relevante que essa suposição, porém, é pensar de maneira inversa e afirmar que a ausência de participação efetiva norteamericana nos diálogos tem constituído um sério empecilho ao seu êxito. Isso porque outras condições podem ter favorecido diálogos prévios, mas ainda não se verificaram avanços significativos nos casos em que os EUA não tomaram parte importante nos processos.

A própria iniciativa do primeiro-ministro Netanyahu de afirmar publicamente o seu compromisso

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (heitorfstorres@yahoo.com.br).

com um Estado palestino pode ser elucidada pela influência norteamericana. Em encontro com o presidente Barack Obama, ocorrido em maio em Washington, o líder israelense ainda demonstrava resistência à proposta norteamericana de uma solução em dois Estados para a questão palestina. Mais preocupado com a ameaça iraniana, demandou do governo dos EUA uma postura mais incisiva com relação ao regime islâmico, dando a entender que o avanço dos diálogos com os palestinos dependia dessa garantia à segurança israelense. Obama parece ter aquiescido parcialmente à demanda. Porém, em discurso no Cairo no início de junho, o presidente inverteu a lógica e deu precedência à “situação intolerável” dos palestinos como fator para a paz no Oriente Médio, implicitamente indicando que a criação do Estado palestino favoreceria até mesmo a estabilização das relações – americanas e israelenses – com o Irã.

Dentro da estratégia tradicional à política externa dos EUA de procurar flexibilizar a posição israelense no trato com os palestinos, o atual governo ainda tem conseguido que ambas as partes balizem o diálogo por dois documentos provenientes de acordos prévios. O primeiro é a Iniciativa para a Paz emitida pela Liga Árabe em 2002, um marco do consentimento dessas nações ao Estado israelense. E o segundo é o “roadmap” elaborado pelo quarteto mediador composto por Estados Unidos, União Europeia, Rússia e Nações Unidas. Delimitadas as discussões com essas duas propostas de certo modo complementares, todo o processo de negociação parece ganhar em legitimidade e visibilidade – dois traços fundamentais ao seu êxito.

Algumas peculiaridades do governo Obama podem favorecer que a influência dos EUA nas negociações seja verificada e até mesmo encorajada pelas partes. A proximidade com os interesses israelenses é ilustrada pela figura da Secretária de Estado Hillary Clinton, dotada de grande afinidade com grupos de influência judaicos no Congresso americano. O Chefe de Gabinete Rahm Emanuel é um dos remanescentes dos Acordos de Oslo e, por sua origem judaica, parece contar com a confiança das lideranças israelenses.

O que tende a diferenciar Obama de praticamente todos os seus antecessores na presidência é

o seu maior grau de popularidade entre populações muçulmanas. O seu discurso no Cairo não só demonstra isso como também pode ser entendido como uma ação tática para converter essa atmosfera favorável em políticas concretas no Oriente Médio – contenção do extremismo islâmico e da proliferação nuclear, democratização e a própria questão Israel-Palestina. Uma pesquisa recente do Brookings Institution entre populações árabes do Oriente Médio corrobora a hipótese da popularidade e indica que pontos sensíveis de antiamericanismo são a ocupação do Iraque e o suposto descaso com a situação dos palestinos. Isso reforça a tese de que os EUA podem tirar proveito desse momento de maior aceitação no mundo muçulmano para defender exigências palestinas, procurando dissipar a imagem – prejudicial ao progresso das negociações – de aliado incondicional de Israel.

Portanto, a resposta ao questionamento proposto por essa análise permanece sujeita à passagem do tempo e à sucessão dos acontecimentos. Aos pontos básicos de discordância entre israelenses e palestinos – refugiados, assentamentos, ocupação de Jerusalém, a posição do Hamas – não se vislumbram soluções simples ou breves. Sugere-se que a retomada das negociações diretas, condição essencial para o tratamento dessas discordâncias, pode ser observada no contexto da política externa norteamericana para Oriente Médio, pois essa pode ser capaz de trazer elementos novos e influentes ao processo de paz na região.

Recebido em 20/06/2009

Aprovado em 25/06/2009

Resumo: Como a política externa norteamericana pode estimular novas dinâmicas nas negociações entre israelenses e palestinos.

Abstract: How America’s foreign policy may spark new developments related to the negotiations between Israelis and Palestinians.

Palavras-chave: Israel; Palestina; EUA.

Key words: Israel; Palestine; USA.

Noroeste paquistanês em crise: a Guerra contra o Terror e o avanço do Talibã

Crisis in Northwest Pakistan: the War against Terror and the Taliban's advance

EVANDRO FARID ZAGO*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 32 a 33]

O fato de que o movimento talibã exerce influência sobre a conjuntura paquistanesa não é elemento novo nas relações internacionais. No entanto, desde o início de 2009, o grupo baseado no Afeganistão intensificou sua presença no território do Paquistão e adotou novas estratégias de conduta. Atualmente, o panorama atingiu níveis críticos, de forma que o terror passou a ser disseminado nas regiões de fronteira e o próprio projeto de Estado paquistanês foi colocado em risco.

O Talibã caracteriza-se por ser movimento político e religioso que governou o Afeganistão entre 1996 e 2001. O grupo segue a linha wahabbista do sunismo islâmico e é mundialmente conhecido pelo caráter fundamentalista de sua militância. Seus comandantes são, em essência, homens provenientes de instituições de ensino muçulmanas e de pequenas unidades militares. Na formação do Talibã, é notável a presença de afegãos que estudaram em escolas islâmicas paquistanesas. Ademais, a principal etnia que integra o movimento é a dos pashtuns, concentrada no leste e no sul do Afeganistão e no oeste do Paquistão. Percebe-se, destarte, que o contingente de pessoal do Talibã é, em grande parte, formado senão por indivíduos de nacionalidade paquistanesa, por homens que, de alguma forma, possuíram relações com o Paquistão ao longo de sua vida.

O movimento possui ainda parte de suas bases localizadas em território paquistanês. As Áreas Tribais Federalmente Administradas, região detentora de autonomia *de facto*, mas formalmente vinculada a Islamabad, é, em larga medida, habitada por membros

do grupo. Além disso, durante vários anos, o Estado do Paquistão forneceu ajuda ao movimento. Durante a década de 1990, foi-lhes enviado auxílio financeiro e militar a partir do país vizinho, o que viabilizou a tomada do poder federal afegão em 1996.

Se a relação do grupo extremista com os paquistaneses resumisse-se ao acima descrito, é provável que a comunidade internacional jamais tivesse desviado maior atenção a ela. Contudo, a ligação do Talibã com a rede terrorista Al Qaeda e o envolvimento desta nos ataques terroristas de 2001 fizeram com que o panorama local fosse reestruturado. Em 1996, Osama bin Laden, líder da rede, mudou-se do Sudão para o Afeganistão. Após período de desavenças com locais, bin Laden arquitetou e consolidou aliança entre os dois grupos. Anos depois, como reação ao 11 de setembro, os EUA capitanearam reação global ao terrorismo. Foi lançada, então, a Guerra contra o Terror, dirigida, num primeiro momento, à Al Qaeda. O fato de a organização estar centrada no Afeganistão e de essa possuir aliança com o governo local acabou por dirigir a iniciativa norte-americana ao Estado afegão. A estratégia de atuação dos EUA incluiu, como de costume em estratégias militares, angariação de aliados para combater o inimigo. Nesse contexto, o Paquistão, que já era alinhado à política externa ianque, foi visto como nação de importância estratégica para a guerra que estava por vir. Assim, os paquistaneses cederam aos anseios norte-americanos e tornaram-se uma das principais bases para a invasão do país vizinho.

A enorme disparidade de forças entre a coalizão que atacou o Afeganistão e os talibãs fez com

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (evandrofz@yahoo.com.br).

que, ainda em 2001, o movimento fosse retirado do poder. Os anos que se seguiram foram marcados pela hesitante presença internacional na região, o que contribuiu para acentuar os problemas afegãos e para desestruturar ainda mais um Estado que já se encontrava pouco institucionalizado.

As implicações mais diretas da Guerra contra o Terror para a presente crise paquistanesa tiveram início em 2004, quando o Talibã passou a se reestruturar. Contribuíram, destarte, dois fatores para que o grupo fizesse-se mais presente no Paquistão: a presença de forças estrangeiras no Afeganistão, que impediam sua movimentação e organização, e o revanchismo contra o país vizinho, com o qual haviam sido estabelecidos laços ao longo de anos e que agora lutava contra seu movimento.

A partir do início de 2009, a atuação talibã tornou-se mais marcante. Ataques periódicos passaram a ocorrer contra escolas femininas, instituições policiais e prédios governamentais. Ademais, a presença do grupo, que antes se resumia às Áreas Tribais Federalmente Administradas, estendeu-se também para a Província da Fronteira Noroeste. Em contrapartida, as Forças Armadas do Paquistão relutaram em combater o avanço observado. Segundo membros do Exército, a maior ameaça à segurança do Paquistão continuaria sendo a Índia, o que justificaria a presença de 80% das tropas nacionais na fronteira indiana. Dessa forma, durante meses, a atuação militar por parte do Estado paquistanês baseou-se apenas em negociações com líderes talibãs.

Atualmente, julga-se que apenas 38% da Província da Fronteira Noroeste e das regiões em suas proximidades encontrem-se sob domínio do governo paquistanês. A população da região, em consequência, encontra-se aterrorizada. Meio milhão de pessoas já foi deslocado pelo conflito, enquanto 500 mil encontram-se em vias de deslocar-se.

Face ao avanço descontrolado do Talibã, percebido a partir do segundo trimestre de 2009, a ação militar paquistanesa tornou-se mais contundente. No início de maio, as Forças Armadas destinaram mais tropas à região e passaram a travar verdadeira guerra contra o movimento pelo controle de territórios. Os resultados não foram expressivos, mas a maior atenção conferida ao conflito é indicativa de aumento do

controle federal sobre a região no futuro. Além disso, é destacável o fato de que o Paquistão é detentor de armas nucleares; eventual crescimento desmedido do Talibã poderia fazer com que o grupo tomasse posse de tais armas. O avanço do movimento permitiu que ele se estabelecesse numa região localizada a apenas 100 km de distância da capital Islamabad, onde os arsenais estão concentrados.

A comunidade internacional já manifestou seu apoio ao Paquistão. Os EUA afirmaram que, se necessário, até mesmo adentrarão no território do país com vistas a inviabilizar a ocupação talibã. Membros da União Européia também demonstraram apoio à luta paquistanesa. O governo do Afeganistão, por sua vez, declarou que a derrota do Talibã é de extrema importância para os afegãos, visto que o futuro de seu Estado depende da inexistência de forças internas que inviabilizem sua institucionalização.

A problemática observada no noroeste paquistanês é mostra de como relações estáveis e cooperativas podem transformar-se em caóticas e conflituosas. Mesmo que haja setores da sociedade paquistanesa favoráveis ao movimento, a severidade da recente crise estabelece dúvidas quanto ao restabelecimento da convivência pacífica. Talibã e Paquistão, que antes possuíam relacionamento harmônico, foram inseridos em dinâmicas antitéticas a partir do momento em que a Guerra contra o Terror foi posta em prática. Atualmente, a própria viabilidade do Estado paquistanês é ameaçada e a comunidade internacional luta pela contenção das forças talibãs.

Recebido em 02/06/2009

Aprovado em 06/06/2009

Resumo: As relações Paquistão – Talibã, subvertidas pela Guerra contra o Terror, alcançam nível crítico e elevam a conflitividade do noroeste paquistanês.

Abstract: The Taliban – Pakistan relations, overturned by the War against Terror, reach a critical level and worsen the Northwest Pakistan conflict.

Palavras-chave: Paquistão; Talibã; Guerra contra o Terror

Key words: Pakistan; Taliban; War against Terror

Sanções ineficazes e continuidade no tratamento internacional envolvendo a Coreia do Norte

Ineffective sanctions and continuity in the international approach to North Korea

DIOGO MAMORU IDE*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 34 a 35]

Em matéria de segurança internacional, não seria descabido afirmar que as atenções internacionais tenham-se voltado para a Coreia do Norte, desde o final de maio deste ano. Isso se deve em razão do segundo teste nuclear realizado pelo país; teste este cujas motivações abarcam questões políticas domésticas e internacionais. Alguns especialistas argumentam que tais representam uma tentativa, por parte de Pyongyang, de trazer a Coreia do Norte à agenda de política externa da administração Obama. Sob tal perspectiva, a intenção do governo norte-coreano com o teste seria, novamente, instrumentalizar seu programa nuclear a fim de aumentar seu poder de barganha. Isto é, a finalidade seria obter ganhos perante a comunidade internacional (como recebimento de alimentos e de combustível e a saída da lista de Estados que apóiam o terrorismo, logrados após o primeiro teste nuclear, em 2006), dado que essa age no sentido de dissuadir o desenvolvimento de armas nucleares no país. Entretanto, parece haver consenso de que os principais motivos que levaram ao teste tenham sido domésticos, quais sejam: (1) a incitação ao patriotismo interno a fim de tornar a sucessão de Kim Jong-il para um de seus filhos mais serena; e (2) o “cumprimento”, ao menos aparente, de algumas promessas de grandeza do país para o centenário do nascimento de Kim Il-sung, *founding father* da Coreia do Norte e pai de Kim Jong-il, a realizar-se em 2012.

À realização do teste nuclear norte-coreano, seguiram-se intensas movimentações, em nível regional e global, com vistas a condenar tal ação e pressionar a Coreia do Norte a retornar as negociações hexapartites, as quais também envolvem China, Coreia do Sul,

Estados Unidos, Japão e Rússia. Diversos atos discursivos por parte dos principais representantes de tais países foram realizados com a finalidade de demonstrar oposição à Pyongyang. Como exemplo, o Presidente norte-americano, Barack Obama, caracterizou o teste como uma violação ao direito internacional que deveria receber uma resposta por parte da comunidade internacional. O presidente Lee da Coreia do Sul, por sua vez, pôs-se contrário ao oferecimento de ajuda econômica e de diálogo político, haja que vista que isso refletiria uma nova vitória das provocações de Kim Jong-il com seu programa nuclear. Lee, no poder desde 2008, tem abandonado a política conciliatória característica dos dois últimos governos sul-coreanos em favor do maior alinhamento ao Japão e aos EUA na oposição ao regime de Pyongyang.

Considerando a estagnação das negociações hexapartites, a tomada de decisões em resposta ao teste, para ser legítima, teria de ser realizada necessariamente no âmbito do Conselho de Segurança das Nações Unidas, único órgão responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. Após três semanas de deliberações no órgão e de declarações anônimas de que a China (a qual possui poder de veto) estaria bloqueando a aprovação de sanções mais severas em relação às sanções tomadas em resposta ao primeiro teste nuclear de Pyongyang, foi aprovada a Resolução 1874. Essa Resolução condena incisivamente a Coreia do Norte pela realização dos testes. Ela também exige que a mesma suspenda seus testes nucleares e balísticos, limita recursos financeiros ao país e reforça as sanções aprovadas na Resolução 1718 (2006), entre várias outras medidas. À luz desse conteúdo, entre-

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (diogo_ide@hotmail.com).

tanto, faz-se premente questionar a abordagem do Conselho de Segurança relativa às sanções à Coreia do Norte. Há fortes evidências que as sanções de 2006 não tenham sido eficazes no isolamento do país e na restrição de seu programa nuclear. Pelo contrário, a Coreia do Norte tem conseguido avançar em seu programa nuclear desde então. Cientistas observaram avanços significativos em relação ao primeiro teste de 2006, muito embora sejam unânimes em afirmar que o programa nuclear norte-coreano ainda não possua tecnologia para fabricar armas nucleares.

O fato é que muitas das sanções previstas na Resolução de 2006, referentes ao primeiro teste nuclear, não foram implementadas. Além disso, há evidências de que as sanções postas em prática para restringir o acesso à tecnologia possuam pouco efeito real sobre o programa nuclear norte-coreano. Isso ocorre porque o desenvolvimento do programa nuclear do país baseia-se em recursos (físicos e humanos) e em tecnologia domésticos, prescindindo, portanto, de ajuda internacional. As sanções de 2006 também tiveram efetividade restrita devido aos laços econômicos que a Coreia do Norte mantém com a China.

O regime de Pyongyang não considera a política externa do governo Obama diferente daquela realizada pelo presidente Bush e, desse modo, recusa-se a participar das negociações hexapartites apenas por pressão política dos EUA. A China é o único ator capaz de realmente influenciar o comportamento da Coreia do Norte e de fazê-la voltar à mesa de negociações hexapartites. Desde 2006, o comércio marítimo entre os dois países cresceu substantivamente, a despeito das sanções em vigor. A provisão de alimentos e de combustível que chegam à Coreia do Norte é realizada basicamente por meio governo de Beijing, uma vez que o governo de Kim Jong-il encontra-se isolado político e economicamente do resto do mundo. A efetividade das sanções, portanto, recai sobre a aplicação das mesmas por parte da China.

O governo chinês, contudo, não se mostra muito inclinado a aplicar rigidamente as sanções aprovadas pelo Conselho de Segurança. Tampouco se mostra disposto a pressionar Pyongyang a voltar às negociações. Dois motivos principais ajudam a entender o posicionamento chinês sobre essa questão. O primeiro

diz respeito a considerações de defesa nacional: há grande apreensão por parte da China de que muita pressão sobre Pyongyang possa levar à desestabilização do regime e, conseqüentemente, a grandes fluxos de refugiados para o território chinês. Já o segundo motivo relaciona-se mais com interesses políticos do Partido Comunista da China. Serve mais aos interesses chineses o regime comunista de Kim Jong-il, sobre o qual o China possui grande influência, do que a derrocada de tal regime e a conseqüente implantação de um regime pró-Occidente.

Dado o exposto, é possível afirmar que dificilmente as sanções aprovadas em junho de 2009 pelo Conselho de Segurança serão postas em prática a ponto de impor restrições significativas ao governo de Kim Jong-il. Faz-se necessário ressaltar, contudo, a maior relutância da comunidade internacional em oferecer incentivos positivos para que a Coreia do Norte ponha fim a seu programa nuclear em relação a 2006. Se, após o primeiro teste, o país logrou aumentar seu poder de barganha em troca do “desmantelamento” de seu programa nuclear, é ainda difícil vislumbrar qualquer ganho advindo do teste realizado há poucas semanas. Nesse sentido, a comunidade internacional aparenta estar a par da barganha envolvendo o desenvolvimento nuclear norte-coreano e os esforços internacionais para contê-lo. Sem a mudança da posição chinesa sobre a questão, entretanto, nenhum cenário de mudança brusca sobre a questão parece razoável.

Recebido em 20/06/2009

Aprovado em 24/06/2009

Resumo: O texto relata os principais efeitos internacionais do segundo teste nuclear norte-coreano e problematiza a efetividade das sanções impostas ao regime de Pyongyang.

Abstract: The paper presents the major international effects following the second North Korean nuclear test and questions the efficacy of the sanctions approved by the UNSC against Pyongyang.

Palavras-chave: Coreia do Norte; Teste nuclear; Sanções
Key words: North Korea; Nuclear test; Sanction

Democracia na Colômbia: um passo para trás?

Democracy in Colombia: a step backwards?

ADALGISA BOZI SOARES*

Meridiano 47 n. 107, jun. 2009 [p. 36 a 37]

Ao longo do século XX, a Colômbia destacou-se na América do Sul por duas características – a alternância de poder entre os dois principais partidos do país, os partidos Liberal e Conservador e a existência de uma guerra civil em seu território. Nos últimos meses, no entanto, observamos algumas mudanças na dinâmica interna da política e do conflito colombiano.

A política interna colombiana tem sido sacudida constantemente, nos últimos meses, por uma série de escândalos que, embora não tenham refletido em queda da popularidade do presidente Álvaro Uribe, dizem muito sobre a qualidade da democracia no país. Desde 2006, a questão da parapolítica tem ligado muitos políticos, em sua maioria parlamentares às *Autodefensas Unidas de Colômbia*, um grupo paramilitar. Neste escândalo, os parlamentares, dos quais cerca de trinta estão presos, inclusive o primo do presidente, são acusados de crimes variados, que vão desde desvio de verba pública em benefício da AUC até mesmo envolvimento em extermínio e deslocamento de populações. O governo foi posteriormente acusado de espionar membros da oposição, jornalistas e membros do judiciário como resposta a tais acusações, utilizando o aparato do DSA (Departamento de Segurança Administrativa), um departamento que se liga diretamente à presidência da república.

Outro aspecto relevante da dinâmica interna na Colômbia atualmente é a pressão para uma modificação na constituição que permita a um terceiro mandato para o presidente. A ‘política de segurança democrática’ de Uribe, nome da política responsável por retomar o controle de grandes partes do país, antes sob domínio das narcoguerrilhas, é considerada altamente bem sucedida, e, desta forma, colabora para a percepção existente na Colômbia de que Uribe é o único político capaz de governar

o país. tal percepção se reflete em índices altíssimos de aprovação e, mais recentemente, no movimento para a alteração na constituição. Um referendo para efetuar tal modificação já foi aprovado tanto na Câmara quando no Senado colombiano, dependendo agora da aprovação de uma Corte Constitucional que deve harmonizar os dois projetos diferentes, um que permite a nova candidatura já nas próximas eleições e outro que permite a candidatura apenas em 2014. A Corte, no entanto, tem se mostrado contrária a ambas propostas, congelando o processo por meio da investigação dos parlamentares que votaram a favor do projeto.

Após esta breve revisão da democracia colombiana, algumas questões podem ser levantadas à luz da teoria de Dahl. O autor define a democracia basicamente como um regime que é responsivo às preferências de seus cidadãos, considerando-os politicamente iguais. Tal regime é medido, basicamente, por meio de duas dimensões, a contestação pública e a competição política. Embora tais dimensões só se aproximem da perfeição em um regime ideal, é possível constatar uma deterioração de ambas as dimensões na democracia colombiana. Em primeiro lugar, a contestação política não tem acontecido sem tentativa de coerção por parte do governo. Embora os escândalos de espionagem do DSA estejam sendo investigados, o fato é que membros da oposição, jornalistas e juízes foram espionados, na tentativa de coagi-los a não executar papéis fundamentais na governança democrática, como a oposição política, a liberdade de imprensa e a fiscalização do executivo e do legislativo. Quanto ao aspecto da competição política, o processo de securitização da política interna colombiana, com a ênfase ao combate às narcoguerrilhas, tenta legitimar a ‘quebra’ das normas do jogo democrático, com a possível

* Membro do Programa de Educação Tutorial em Relações Internacionais da Universidade de Brasília – PET-REL e do Laboratório de Análise em Relações Internacionais – LARI (adalbsoares@gmail.com).

alteração da constituição para permitir um terceiro mandato a Uribe, o que prejudicaria as possibilidades reais de alternância de poder no país.

A força política de Alvaro Uribe é muito ligada aos resultados obtidos na luta contra as FARC e os grupos paramilitares. No início de seu primeiro mandato, quase dois terços do território colombiano não respondiam à autoridade central. Hoje, acredita-se que as FARC contam com menos de sete mil combatentes, e a maioria das milícias paramilitares já foram desmobilizadas. O ano de 2008 foi significativo para tal resultado. Em diversas ações, as forças armadas colombianas conseguiram desestruturar o secretariado das FARC, contando ainda com a morte, por causas naturais, de seu fundador, Manuel Marulanda, o Tirofijo. Com isso, muitos analistas vislumbraram a possibilidade deste governo acabar com as FARC. No entanto, a questão é muito mais complexa do que a desmobilização de milhares de combatentes e a troca de líderes. As FARC movimentam anualmente uma cifra entre 300 e 600 milhões de dólares, provenientes do narcotráfico. Os grupos paramilitares, embora movimentem cifras mais modestas, também lucram com a mesma atividade. Desta forma, o fim da guerrilha depende não apenas da reinserção dos combatentes à sociedade, mas da questão delicada e com implicações internacionais do tráfico de drogas.

Neste sentido, os Estados Unidos têm grandes interesses na solução do problema. Desde 11 de setembro de 2001, o governo norte americano denominou as FARC como a maior ameaça terrorista do continente, contribuindo com milhões de dólares para o combate às narcoguerrilhas. De fato, o sucesso da 'política de segurança democrática' do governo colombiano dependeu diretamente da ajuda fornecida pelos EUA. No entanto, na medida em que o controle do governo colombiano sobre o território aumentou, o sucesso dessas medidas para a diminuição do tráfico de drogas, especialmente em direção aos EUA, é questionável. Um relatório do governo dos EUA afirma que a plantação de coca não diminuiu na Colômbia, um dos principais objetivos da ajuda norte americana.

O sucesso da 'política de segurança democrática' em alguns aspectos, como o enfraquecimento das FARC, não deve minimizar a importância da proteção de civis e população indígena em conflitos

armados – outro ponto no qual o governo colombiano tem conseguido resultados deploráveis, às vezes negligenciados em virtude da popularidade do governo. Segundo relatório da Organização das Nações Unidas, as Forças Armadas da Colômbia têm recorrido a extermínios freqüentes e sistemáticos da população civil como forma de inflar seus números nos combates às FARC e paramilitares em uma clara violação às Convenções de Genebra. Além disso, a população indígena tem sido afetada pelo deslocamento das FARC e paramilitares para o oeste do país, sendo forçados a se deslocarem para abrirem espaço para plantações de coca.

O fato de que o governo conseguiu retomar áreas antes controladas pelas narcoguerrilhas não deve eclipsar problemas que persistem no país. Em primeiro lugar, as FARC não foram derrotadas. Em vez disso, têm buscado novas estratégias, atacando cidades pequenas e forçando o deslocamento de populações em outras áreas do país. Os paramilitares também continuam a desestabilizar certas áreas do país, e sua ligação com o poder na Colômbia não deve ser negligenciada. Outro grande risco é que os progressos obtidos pelo governo acabem por justificar e legitimar perante a sociedade colombiana a subversão das regras do jogo democrático. A decisão da corte suprema acerca da possibilidade de um terceiro mandato presidencial será fundamental para o futuro das instituições democráticas na Colômbia. Com um parecer contrário ao terceiro mandato, será possível que uma discussão séria acerca dos problemas relacionados emerja dentro da sociedade. Do contrário, as instituições democráticas sofrerão um duro golpe.

Recebido em 18/06/2009
 Aprovado em 23/06/2009

Resumo: Na medida em que cresce o apoio ao presidente, a democracia da Colômbia pode estar se enfraquecendo

Abstract: Insofar as the internal support of Colombia's president grows, democracy could be weakened

Palavras-chave: Colômbia, Democracia, FARC
Key words: Colombia, Democracy, FARC